



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – DCH
CAMPUS IV – JACOBINA /COLEGIADO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**DARLANE PEREIRA DOS SANTOS
RENATA DA SILVA BARBOSA**

**O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA FAZENDA JOSÉ GREGÓRIO, POVOADO DE
MATA DO MILHO, MUNICÍPIO DE JOÃO DOURADO - BAHIA:
UMA ANÁLISE SOB O OLHAR GEOGRÁFICO**

**JACOBINA – BAHIA
2018**

**DARLANE PEREIRA DOS SANTOS
RENATA DA SILVA BARBOSA**

**O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA FAZENDA JOSÉ GREGÓRIO, POVOADO DE
MATA DO MILHO, MUNICÍPIO DE JOÃO DOURADO - BAHIA:
UMA ANÁLISE SOB O OLHAR GEOGRÁFICO**

Monografia apresentada à comissão organizadora designada pelo colegiado de Geografia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Ciências Humanas - Campus/IV, como requisito parcial para obtenção do título de graduação em Licenciatura Plena em Geografia.

Orientador: Me. Paulo César D'ávila Fernandes

**JACOBINA – BAHIA
2018**

**DARLANE PEREIRA DOS SANTOS
RENATA DA SILVA BARBOSA**

**O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA FAZENDA JOSÉ GREGÓRIO, POVOADO DE
MATA DO MILHO, MUNICÍPIO DE JOÃO DOURADO - BAHIA:
UMA ANÁLISE SOB O OLHAR GEOGRÁFICO**

Monografia apresentada à comissão examinadora designada pelo colegiado de Geografia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Ciências Humanas – Campus/IV, como requisito parcial para a obtenção do título de graduação em Licenciatura Plena em Geografia.

Aprovada em Jacobina-BA, _____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.º Me. Paulo César D'ávila Fernandes – UNEB
(Orientador)

Prof.º Me. Edvaldo Hilário dos Santos – UNEB

Prof.ª Dra. Ione Oliveira Jatobá Leal – UNEB

Às nossas mães Jenivalda e Vilma e avós Maria e Terezinha. Nossas amigas,
parceiras e cúmplices.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela dádiva da vida e por nos conceder a vitória de mais esta etapa.
Aos nossos pais e familiares, pelo amor incondicional e incentivo constante.
Por eles não desistimos e sim lutamos.

À Universidade do Estado da Bahia – Campus IV, por conceder a infraestrutura essencial à nossa formação.

Ao Colegiado de Geografia, na pessoa da Coordenadora Ione Jatobá e a nossa queridíssima Divaneide Silva dos Reis (Diva), pelo apoio e orientação, durante a nossa jornada acadêmica.

Ao Sistema de Seleção Unificada (SISU) pela concessão da bolsa de estudos e do processo seletivo da UNEB.

Ao estimado professor Me. Paulo César D'ávila Fernandes, pela orientação e por compartilhar seus preciosos conhecimentos.

Aos professores Ione Oliveira Jatobá Leal e Edvaldo Hilário dos Santos, por comporem a nossa banca e por suas contribuições.

A querida professora Liliane Góes, a primeira a conhecer, apoiar e nortear nosso projeto.

Ao senhor Lenoísio Gomes, nosso guia para ir à campo e que nos forneceu informações essenciais a pesquisa, e os senhores David Gomes e Matheus Gomes que também contribuíram com os seus conhecimentos.

Aos nossos professores, aos rígidos, que nos impulsionaram ao aperfeiçoamento. Aos amados e amigos, que nos ensinaram que para tornar-se professor, é preciso apaixonar-se e doar-se à profissão. A estes, agradecemos por serem exemplos dos profissionais que queremos ser quando “crescer”.

Aos professores José Alves, Fábio Nunes, Carlos Lima, Míriam Guerra, que tem um lugar todo especial em nossa história acadêmica e em nosso coração.

Às queridas colegas e amigas Alcione Oliveira, Mariana Coutinho, Jaqueline de Jesus, Juciane Rosário e Luana Freitas, por nos ajudar a enfrentar as dificuldades da vida acadêmica, por segurar a nossa mão e por se tornarem, desde o primeiro semestre, protagonistas de uma amizade valorosa.

Aos nossos queridos colegas de Licenciatura em Geografia 2014.1, que contribuíram diariamente com o nosso aprendizado de carreira e de vida. Aos funcionários pela convivência durante este período.

RESUMO

O presente trabalho pretende analisar, sob a perspectiva geográfica, os vestígios rupestres deixados pelos primitivos no Sítio Arqueológico da Fazenda José Gregório, povoado de Mata do Milho, município de João Dourado - BA, com finalidade de apresentar as características destes registros, feitos por meio de desenhos antigos em superfícies rochosas, além de disponibilizar um roteiro de aula de campo para o ensino de geografia, tendo em vista que a Fazenda José Gregório oferece, além do sítio arqueológico em si, uma grande riqueza de informações sobre geologia, geomorfologia, biogeografia, hidrografia e inclusive sobre aspectos históricos do povoamento regional. O Sítio deve ser analisado pela Geografia como um instrumento que permite aos geógrafos estudar registros sociais, espaciais e territoriais da cultura humana, desde a pré-história, bem como a interferência do homem na transformação da paisagem. Os resultados da pesquisa permitiram elaborar um roteiro de aula de campo até o sítio, o que pode auxiliar os professores de geografia a conhecer, não só o objeto de estudo, mas também as características ambientais e inclusive históricas da área em que ele se encontra, ofertando um laboratório abastado de ferramentas úteis para ampliar suas aulas. Com isso, busca-se dar ênfase a preservação ambiental que é uma das questões terminantes para a elaboração desta pesquisa, bem como resgatar a história dos primeiros seres humanos, que habitaram este lugar e auxiliaram na configuração atual da paisagem e assim, conscientizar a população local da importância do sítio.

Palavras-chave: Geografia. Arqueologia. Pinturas Rupestres. Paisagem.

ABSTRACT

The present work intends to analyze, from a geographic point of view the primitive rupestrian vestiges of the Archaeological Site of José Gregório Farm, in the a village of Mata do Milho, municipality of João Dourado (Bahia, Brazil) in order to describe and register these records. of old drawings on rocky surfaces, as well as providing a field class guide for geography teaching of elementary to high school students. The site offers a wealth of information on archeology, geology, biogeography, hydrology, geomorphology as well as historical information and students to observe social, spatial and territorial records of human culture since prehistory, as well as man's interference in the transformation of the landscape. The methodological procedures applied were field work, qualitative researches, with exploratory character and revision of printed and digital bibliographical materials, which deal with the object of study in several aspects, in a systemic approach. As a result, a field-lesson script was drawn up to the site, which may help geography teachers not only to get to know the object of study, but also the area in which it is located, by offering a rich laboratory of tools to extend your classes. With this, it is emphasized the environmental preservation that is one of the strict questions for the elaboration of this research, as well as to rescue the history of the first human beings who inhabited this place and helped in the current configuration of the landscape and thus, site of the importance of the site.

Keywords: Geography. Archeology. Rock paintings. Landscape.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Metodologia da Educação Patrimonial	31
Figura 2- Afloramento de arenito.	41
Figura 3- Relevo de serras residuais em meio ao Planalto calcário de Irecê. Trata-se da Serra da Babilônia, que se vê ao longe. Em primeiro plano, antigo terraço fluvial da Vereda do Romão Gramacho.....	42
Figura 4 - Cânion cortando arenitos da Formação Morro do Chapéu, no qual se localizam os abrigos que contêm as pinturas rupestres.....	43
Figura 5 - Estrutura de origem desconhecida sobre superfície rochosa.	44
Figura 6 - Abrigo formado em arenito erodido por agentes físicos-químicos- biológicos.	45
Figura 7 - Vegetação ao redor dos paredões de rochas sedimentares da formação Morro do Chapéu. A largura do leito rochoso do riacho é de cinco metros.....	46
Figura 8 - Pintura rupestre – símbolo semelhante ao pé de uma ave.....	47
Figura 9 - Pintura rupestre com coloração avermelhada.	47
Figura 10 - Provavelmente duas gerações diferentes de pintura rupestre, uma delas com cor vermelha e outra com cor preta; Observam-se ainda riscos cinza-claro, aparentemente recentes, derivados de vandalismo.....	48
Figura 11 - Figura de vários riscos verticais seguidos.	48
Figura 12 - Figura semelhante a um asterisco.....	49
Figura 13 - Círculo semelhante a uma roda. Nesta imagem é possível perceber os riscos cinza claro, mais recentes, que ocasionam a violação/deterioração das pinturas.....	49
Figura 14 - Figura com vários riscos verticais seguidos, cortados por linhas verticais.....	50
Figura 15 – Figura de “pontinhos”, provavelmente feitos com a ponta dos dedos.	50
Figura 16 - Início da estrada na fazenda José Gregório.	53
Figura 17 - Leito da estrada.	54

Figura 18 - Rio Vereda do Romão Gramacho, com remanescentes de mata ciliar contendo carnaubeiras e Gameleiras.	56
Figura 19 - Depósitos de seixos e calhaus.	57
Figura 20 - Contato entre arenitos da Formação Morro do Chapéu e ardósias.	57
Figura 21 - Contato entre arenitos da Formação Morro do Chapéu e ardósias.	58
Figura 22 - Acamadamento da rocha erodido com formação de “marquises”. ...	59
Figura 23 - Pintura rupestre na cor amarela.	60
Figura 24 - Pintura rupestre na cor vermelha.....	60
Figura 25 - Pintura rupestre na cor preta.	61
Figura 26 - Pintura rupestre riscada (em cinza).	61
Figura 27 - Pintura rupestre riscada (em cinza).	62
Figura 28 - Estruturas concêntricas desconhecidas.....	62
 Mapa 1 - Localização da área de estudo.	 35
Mapa 2 - Localização da área de estudo.	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA - Área de Proteção Ambiental

BA - Bahia

GPS - Sistema de Posicionamento Global

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

PIB - Produto Interno Bruto

PSF - Programa de Saúde da Família

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 METODOLOGIA.....	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1 Arqueologia e patrimônio arqueológico.....	17
2.2 Espaço e paisagem	18
2.3 Arqueologia e Geografia.....	21
2.4 Arqueologia e Sítios Arqueológicos	22
2.5 O Patrimônio Arqueológico e a legislação brasileira.....	27
2.6 Educação patrimonial	28
2.7 A Aula de Campo e o Ensino de Geografia	32
3 CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE ESTUDO.....	34
3.1 O MUNICÍPIO DE JOÃO DOURADO	34
3.1.1 Povoado de Mata do Milho	37
3.1.2 Fazenda José Gregório	39
4 O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA FAZENDA JOSÉ GREGÓRIO.....	41
4.1 AS PINTURAS RUPESTRES	46
5 A AULA DE CAMPO COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM: PROPOSTA DE ROTEIRO DESCRITIVO PARA USO EM AULA DE CAMPO NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA FAZENDA JOSÉ GREGÓRIO	51
5.1 DA SEDE DA FAZENDA ATÉ O SÍTIO ARQUEOLÓGICO	53
5.1.1 Ponto LR1: Começo da trilha.....	53
5.1.2 Ponto LR2: Leito da Estrada.....	54
5.1.3 Ponto LR3 - Rio Vereda do Romão Gramacho ou Rio Jacaré.....	54
5.1.4 Ponto LR4 - Subida da Ladeira a caminho do sítio.....	56
5.1.6 Ponto LR6 - Sítio Arqueológico da Fazenda José Gregório	58
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS	68

INTRODUÇÃO

As pinturas rupestres são registros da ação humana sobre o espaço, desde os primórdios. Estas podem ser utilizadas pela Geografia como ferramenta para analisar o espaço geográfico sob a ação humana, atentando-se a forma de conseguir alimentos, a locomoção, a moradia, a comunicação, os rituais, e os costumes da humanidade primitiva, e seus reflexos e influências nos dias de hoje, bem como estes influenciaram na configuração da paisagem atual, onde mesmo que eles não habitem mais neste espaço, deixaram vestígios de sua existência.

A pesquisa foi desenvolvida com o propósito de compreender os registros nas superfícies rochosas, além do modo de vida dos primeiros habitantes deste lugar, e assim como alertar as pessoas sobre a importância da preservação do patrimônio histórico desta área que, embora, seja uma propriedade privada, é de acesso a diversas pessoas, como vaqueiros e caçadores, que degradam as pinturas rupestres, riscando-as com fragmentos de rocha, o que está acarretando na danificação e até na destruição de um achado que ainda não foi registrado.

Por isso, questiona-se “De que forma o estudo e pesquisa do Sítio Arqueológico da Fazenda José Gregório, localizado no povoado de Mata do Milho, município de João Dourado – BA pode contribuir para a sua preservação?”.

Respondendo a esta interrogação, o objetivo geral dessa pesquisa consiste em contribuir para a preservação do Sítio Arqueológico da Fazenda José Gregório, através de pesquisa, descrição, investigação e registro, gerando como produto um roteiro descritivo para uso em aulas de campo no ensino de geografia.

Neste intuito, o presente trabalho tem como objetivos específicos: 1. Analisar o Sítio Arqueológico da Fazenda José Gregório sob a perspectiva da Geografia; 2. Descrever o Sítio Arqueológico da Fazenda José Gregório e a paisagem local; 3. Pesquisar o estado de conservação do sítio arqueológico; 4. Salientar a importância do sítio arqueológico e assim contribuir para a sua preservação; 5. Propor um roteiro descritivo, para uso em aulas de campo destinadas a alunos de geografia do Ensino Fundamental II e Médio.

Pressupõe-se que ao demonstrar a importância do sítio arqueológico e o quanto ele tem a oferecer em conhecimento científico, acadêmico e escolar em diversas áreas, não só da Geografia ou da Arqueologia, mas também da Biologia,

História, Educação Ambiental, dentre outras, será possível conscientizar a população local podendo-se talvez obter a preservação e valorização do mesmo.

Pretende-se também demonstrar a importância do ambiente local e impulsionar outras pesquisas, pois o objeto de estudo está inserido numa área de caatinga preservada, adjacente à APA da Gruta dos Brejões/Vereda do Romão Gramacho, sendo registrada pelos moradores a presença de animais diversos, como a onça parda (*Puma concolor*) e a preta (*Panthera onça*), jacaré (*Caiman latirostris*), veado (*Mazama gouazoubira*), caititu (*Pecari tajacu*), mocó (*Kerodon rupestres*), cutia (*Dasyprocta*), diversas espécies de cobras, como a jiboia (*Boidae*), e espécies diversificadas de plantas, como o umbuzeiro (*Spondias tuberosa*), umburana (*Commiphora leptophloeos*), carnaúba (*Copernicia prunifera*), caraíba (*Cordia calcephala* e *C. insignis*), juazeiro (*Ziziphus joazeiro*), etc., bem como o Rio Vereda do Romão Gramacho, que atravessa o terreno.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos e no primeiro realizou-se a análise da bibliografia, onde buscou-se autores como Etchevarne e Pimentel (2011) para trabalhar com a ideia de arqueologia e patrimônio arqueológico, tendo em vista que os autores tratam com propriedade sobre a área. Tratou-se ainda dos conceitos de Espaço e Paisagem, para proporcionar um diálogo entre o objeto de estudo e conceitos da Geografia. Também, buscou-se esclarecer a relação entre a Arqueologia e os sítios arqueológicos. Em tratando-se da importância do sítio, buscou-se apresentar a relação entre a Educação patrimonial e a legislação brasileira. E como acredita-se que através da conscientização da comunidade local se conseguirá a preservação do sítio, tratou-se da Educação patrimonial. Ainda, buscou-se demonstrar, através de autores como Silva (2015), a importância da aula de campo no ensino de geografia, já que esta pesquisa apresenta uma proposta de roteiro descritivo para uso em aula de campo.

No segundo capítulo estão descritas as características da área de estudo, partido do global para o local, começando por João Dourado, município a que pertence o povoado de Mata do Milho. Estes são descritos, analisando os aspectos físicos (geológicos, geomorfológicos, hidrológicos...) e sociais. Logo após, é descrita a fazenda, também nos aspectos físicos, bem como, é dado um breve histórico sobre a propriedade.

No terceiro capítulo, é descrito o sítio arqueológico, sua formação em paredes rochosas e as pinturas rupestres, desde as cores utilizadas, até os símbolos presentes no local.

Por fim, no quarto capítulo, é disponibilizada uma proposta de roteiro descritivo para uso em aula de campo no Sítio Arqueológico da Fazenda José Gregório, referenciando os pontos com as coordenadas geográficas.

1 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de procedimentos metodológicos qualitativos com método de abordagem sistêmico e o método de procedimento foi o estudo de caso. A pesquisa é de caráter exploratório, onde se buscou traduzir as informações, classificá-las e analisá-las, bem como estabelecer técnicas, métodos e critérios com vistas a oferecer informações sobre o Sítio Arqueológico da Fazenda José Gregório e elaborar hipótese sobre o problema.

Gonçalves (2014) acrescenta que:

A pesquisa exploratória visa à descoberta, o achado, a elucidação de fenômenos ou a explicação daqueles que não eram aceitos apesar de evidentes. A exploração representa, atualmente, um importante diferencial competitivo em termos de concorrência.

Quanto à hipótese, tendo em vista que as pinturas rupestres do sítio arqueológico estudado estão sendo degradadas, ao ser riscadas com fragmentos de rocha, o que está acarretando danos e até mesmo destruição deste achado que nunca fora registrado, pretende-se: fazer a análise do Sítio Arqueológico da Fazenda José Gregório sob a perspectiva da Geografia, bem como propor um roteiro descritivo, para uso em aulas de campo destinadas a alunos de geografia do Ensino Fundamental II e Médio.

Foram utilizados dados bibliográficos e pesquisa de campo, visando identificar todas as características presentes neste espaço, do período em que viveram até o presente momento, “[...] sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas quer gravadas” (LAKATOS; MARCONI, 2001, p.71). A autora continua afirmando que:

À pesquisa bibliográfica, ou fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas boletins, jornais, revistas, livros pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão”.

A pesquisa empírica também é fundamental, pois para o mapeamento e tabulação dos dados obtidos durante a pesquisa, ela torna-se necessária.

À pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre ele (LAKATOS; MARCONI, 2001, p. 83).

Neste sentido o levantamento dos dados consiste em uma análise espacial e comparativa com os estudos já realizados sobre o assunto, por isso a importância do aprofundamento dos dados documentados e da percepção do habitat natural, por meio de atividade de campo para enfatizar o que será pesquisado dentro desta perspectiva, assim como o tipo de moradia, as pinturas existentes, a vida em sociedade e os objetos produzidos e usados pelos primitivos.

Os instrumentos utilizados em campo que auxiliaram na análise dos dados obtidos foram:

1. Análise e descrição da paisagem local, com auxílio do orientador do trabalho, observando os aspectos físicos, marcando pontos estratégicos com a utilização de GPS, partindo da entrada da fazenda até o sítio arqueológico. Foi utilizada ainda a Folha Topográfica de América Dourada SC 24-Y-C-II (SUDENTE, 1974, 1975).
2. Obtenção de imagens através de celular e câmera digital.
3. Anotação de dados e de coordenadas em caderneta de campo.
4. Levantamento e análise de materiais bibliográficos impressos e digitais, contendo informações sobre o município de João Dourado – BA, do povoado de Mata do Milho e de sítios arqueológicos de pinturas rupestres.

Após a coleta de dados e elaboração do texto da monografia, foi elaborado o roteiro de aula de campo. Foi feito ainda, o processamento de dados e elaboração do mapa com roteiro da aula de campo para o sítio arqueológico, através do programa Quantum GIS versão 2.18, bem como o mapa com a localização do local/global do objeto de estudo. O texto final foi elaborado após uma segunda revisão bibliográfica, inserção dos materiais de embasamento teórico, das imagens obtidas e os mapas elaborados, o que auxiliou no alicerce teórico do estudo e a escrita do mesmo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a elaboração desta pesquisa foi necessário estabelecer os pressupostos teóricos e metodológicos referentes ao conceito de patrimônio arqueológico, além disso, discutir sobre as relações entre patrimônio arqueológico e Geografia, o que impulsiona as discussões em entorno do conceito da paisagem e as concepções sobre as transformações causadas pelos seres humanos no espaço. Considerando assim, que a pesquisa tem como foco um sítio arqueológico cuja conservação se considera importante, serão abordados ainda conceitos relacionados à educação patrimonial.

2.1 Arqueologia e patrimônio arqueológico

A Arqueologia é uma área científica que busca desvendar fatos das sociedades que viveram na antiguidade, através de registros remanescentes que possam evidenciá-los. A história evolutiva da humanidade é contada por meio de representações, de bens e objetos arqueológicos encontrados em localidades urbanas e rurais, que mostram indícios dessas civilizações mais antigas.

Assim sendo, as descobertas provocaram o interesse oficial dos institutos com base na preservação e nos estudos sobre esse processo evolutivo proporcionando, de tal modo compreender a história da humanidade através de resquícios encontrados em sítios arqueológicos, os quais identificam manifestações culturais dos antepassados. “Assim, deve-se considerar como arqueológico qualquer resto de tipo artefato (seja seu objeto ou transformação ambiental) que remete aos grupos humanos que hoje não têm mais representantes vivos” (ETCHEVARNE e PIMENTEL, 2011, p.10).

Para a ciência arqueológica todo e qualquer vestígio, sítio ou monumento de outra natureza que possa ser documentado, assim como fatos que comprovem ações de pessoas ou grupos no passado, possuindo um valor inestimável para a história da humanidade. É de interesse da Arqueologia preservar e estudar as relações entre estes grupos humanos e a relação com o meio ambiente.

As primeiras ações consideradas como práticas arqueológicas tiveram um papel fundamental, principalmente por desenvolver um interesse oficial, o que

acabou de certa forma, contribuindo para os estudos espaciais, de modo que os sítios e objetos arqueológicos fossem preservados pela comunidade.

Segundo Etchevarne e Pimentel (2011, p 17) “Ainda que as circunstâncias políticas e sociais sejam muito diferentes, pode-se dizer que esse início da Arqueologia, marcado pelo interesse do Estado em proteger os sítios e materiais arqueológicos, expressa claramente dois aspectos intrínsecos à noção de tais sítios e materiais enquanto patrimônio”. O primeiro propõe que esses documentos históricos que são de propriedade do Estado sejam valorizados em todos os aspectos, considerando a participação da comunidade local, o segundo provém do anterior, e diz que é obrigação do Estado à conservação e proteção dessa herança cultural.

Conforme Luz (2012 p. 25) “Somente sítios de alguns parques bem supervisionados, muito isolados, ou guardados por nativos das comunidades, são relativamente intactos. Portanto, há um longo processo de sensibilização da população a ser feito”. A princípio é a comunidade onde se encontra os registros rupestres que precisa ser valorizada pelos moradores locais, uma vez que são conhecedores de todos os marcos existentes e a sua representatividade.

Para os pesquisadores estes conhecimentos são fundamentais, porém como parte de um conjunto, que tem centralidade no seu objeto de estudo. Para Etchevarne & Pimentel (2011, p. 10) [...] “a declaração de um espaço ou artefato como patrimônio, seja ele arqueológico, artístico, cultural, natural ou qualquer que seja o seu caráter, implica, necessariamente, na constituição de um laço de pertinência entre ele e um grupo”. O autor logo adiante em suas abordagens diz que “a noção de patrimônio, então, contém implicitamente o fato de existir uma relação de identidade comum e de pertinência coletiva”.

2.2 Espaço e paisagem

O espaço geográfico é produzido por meio de atividades humanas que exigiam técnicas desde a pré-história, assim como o uso de objetos que foram essenciais para o desenvolvimento social. De acordo com Santos (1988, p.25) o espaço geográfico está relacionado com os fatores sociais, sendo assim, “o espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes

objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários”. Por isso tratando-se de um espaço materializado pelo trabalho humano como um produto e um espaço natural, nota-se que “os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais”.

As modificações no espaço e na paisagem ocorrem por fatores naturais e a ação do homem ao desenvolver atividades antrópicas. No entanto os estudos sobre o conceito de paisagem passaram por algumas formulações dentro da ciência natural, inclusive a sistematização da Geografia, e de acordo com as perspectivas de análise ocorre uma variação epistemológica em relação a sua conceituação. Paisagem e espaço são resultados dos movimentos da sociedade, por isso estão ligados.

Em meados do século XV a paisagem evidenciava o distanciamento entre sociedade e natureza, e isso ocorria pelos termos empregados no período do renascimento onde se desenvolveu o paisagismo expressado nas pinturas de pintores ocidentais e orientais, nas artes dos jardins de grupos privilegiados e nos clássicos da literatura.

Segundo Maximiano (2004, p. 85) “[...] a paisagem daria lugar às figurações simbólicas, alegóricas, ou às paisagens decorativas, apenas servindo de pano de fundo ao tema cultural antropomórfico”. Dentre várias maneiras de conceituar paisagem o autor ressalta para o uso de uma paisagem artificializadas, embora estivesse sendo referenciada pela natural, para decorar o ambiente.

Algumas escolas da Geografia física tiveram seu enfoque teórico-metodológico na paisagem integrada, destacando a francesa e a germânica que proporcionaram a construção do conceito de paisagem a partir de diferentes horizontes. Guerra e Marçal (2012, p. 102) salientam que:

De acordo com Venturi (2004, o século XIX marcou a transformação do conceito de paisagem, com os naturalistas alemães dando-lhes um significado científico, transformando-se em conceito geográfico (*landschaft*) derivando em paisagem natural (*naturlandschaft*) e paisagem cultural (*kulturlandschaft*).

Devido essas transformações a sociedade passou a observar a natureza de outra maneira, considerando que somente em meados do século XIX houve a popularização dos estudos da paisagem, através dos meios tecnológicos e dos fenômenos sociais, sobretudo por que os naturalistas trabalharam a paisagem

baseada na abordagem da descrição morfológica, que tem como finalidade perceber a sua fisionomia.

Os estudos do cientista alemão Alexander Von Humboldt propõem como método a intuição por meio da observação, o que significa dizer que o geógrafo tinha uma visão empirista, onde a estética representa um pouco do que pode ser contemplado pelo observador. A paisagem causaria no observador uma “impressão, a qual, combinado com a observação sistemática dos elementos componentes e filtrada pelo raciocínio lógico, levaria à explicação: à causalidade das conexões contidas na paisagem observada” (MORAES, 2007, p. 16).

É através da leitura da paisagem que o observador, ao se locomover percebe as diferentes características que há entre um espaço e outro, ou seja, é o cenário das experiências humanas, uma vez que acontece esse envolvimento. Por isso, para Maximiano (2004, p. 89) “o conceito de paisagem foi sendo construído e aplicado, sempre com base no que existiu e existe de útil e mais ou menos compreensível no entorno da existência humana”.

De acordo com a noção de paisagem quando se percebe que o ser humano já possui em sua memória algo que simplifica contextualizações para a elaboração de conceito, percebe-se a importância da análise espacial, quando se sucede através da observação do meio, considerando a interação entre os elementos que estão atrelados a uma escala espaço-temporal.

A paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. (BERTRAND, 2004, p. 1)

Neste sentido, é preciso salientar que se trata de uma paisagem de âmbito integral, não se restringindo apenas à natural. Nesta concepção geográfica, as junções desses elementos estão relacionadas às ações antrópicas, envolvendo espaço e território.

A paisagem seria uma parte do que foi efetivamente construído em diferentes momentos da história e que deixa aparentar a morfologia e as diferentes idades dos objetos no momento da observação. O conceito de paisagem que mais se aplica ao objeto de investigação é aquele proposto por Milton Santos: ao afirmar que “a paisagem é a porção da configuração territorial que é possível

abarcam com a visão” (SANTOS, 2006, p.103). Para o observador tudo que estiver ao alcance da visão pode ser considerado como paisagem.

Segundo Santos (2006), na descrição da paisagem o ordenamento de diferentes elementos analisados é reflexo dos momentos vivenciados pela sociedade, o que a torna artificializada. O uso de técnicas inovadoras nas atividades antrópicas são responsáveis pelas transformações que ocorrem na paisagem.

2.3 Arqueologia e Geografia

Os conceitos das Ciências Geográficas e da Arqueologia estão entrelaçados pelo objeto de estudo, onde ambas discutem o espaço geográfico de acordo com suas especificidades, assim como as técnicas utilizadas nas antigas civilizações.

Neste sentido Milton Santos (2006, p. 83) diz que a Geografia deve ocupar-se da análise dos sistemas de objetos e sistemas de ações, que são inseparavelmente aliados ao tempo e compõem o espaço geográfico, o qual é o objeto de estudo da ciência geográfica. Santos (op cit.) destaca ainda que o estudo da técnica é uma ferramenta metodológica importante, pois possibilita registrar no espaço a reconstituição do trabalho humano durante o processo de formação social.

Santos (2006, p.140) propõe a noção de rugosidade da paisagem:

Chamemos de rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos.

Nesta perspectiva o conceito de rugosidade está relacionado às feições que se moldam ao longo do tempo, a exemplo disso são as ações do presente datadas por elementos que foram constituídos no passado, ou seja, é um legado histórico.

Conforme Sabino e Simões (2013, p.176) “[...] a noção de rugosidade tem papel importante, pois auxilia na identificação das técnicas e conjunturas sociais de tempos precedentes, figurando assim como uma ponte de diálogo entre a

Geografia e a Arqueologia”. Essas duas Ciências se deparam com as descobertas históricas e pré-históricas que envolvem a cultura e o espaço vivido.

Para a Geografia, o espaço geográfico é fundamental, pois trata-se de seu objeto de estudo, e tem como objetivo analisar as relações humanas e o uso do espaço, no qual foi moldada pelas civilizações antigas e continua sofrendo modificações. Enquanto isso “a Arqueologia enfatiza e valoriza as formas espaciais que se apresentam, para delas obter os conteúdos que cercaram sua construção” Sabino e Simões (2013 p.184). De tal modo que todo e qualquer lugar que apresente características de sítio arqueológico deve ser resguardado, uma vez que a preservação destas áreas é imprescindível, para que possa evitar que sejam deterioradas, de acordo com os interesses particulares.

Ao estudar os vestígios arqueológicos, estaremos assim trabalhando com a Geografia de um tempo passado, com modificações de uma paisagem as quais foram feitas por seres humanos num tempo diferente do atual, utilizando-se de técnicas específicas. Ao mesmo tempo estes vestígios compõem a paisagem tal como a percebemos hoje, estabelecendo rugosidades, as quais evidenciam a evolução da técnica.

2.4 Arqueologia e Sítios Arqueológicos

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em meados do século XX, proporcionou um novo direcionamento ao que se refere à inventariação de bens arqueológicos como elementos que identificam grupos humanos, quando “[...] cria, em 1972, a figura jurídica transnacional de reconhecimento da importância de uma localidade como Patrimônio Cultural da Humanidade, podendo-se incluir nesta categoria os sítios arqueológicos”. (ETCHEVARNE & PIMENTEL, 2011, p.18). Os sítios arqueológicos são locais, onde se encontram registros da vida e cultura de povos que existiram na pré-história, significativamente os primeiros habitantes.

No Brasil há uma quantidade considerável de sítios arqueológicos que são reconhecidos e inventariados. É uma forma de possibilitar a sociedade o conhecimento de uma parte da história que ainda é desconhecida, referente às manifestações culturais, por isso “estes inventários se apresentavam aos

pesquisadores simpáticos ao estruturalismo (na arqueologia e na antropologia) como uma importante ferramenta” (RIBEIRO, 2006, p. 26).

Alves (2011, p.182) destaca que existe alguns tipos de sítios arqueológicos enfatizando que “os mais comumente descritos são os líticos (objetos lascados e polidos, de pedra), os sambaquis (ossos, dentes e restos alimentares), as cerâmicas (objetos em argila) e a arte rupestre (pinturas e gravuras sobre suportes rochosos)”. As pesquisas e análises desenvolvidas até o presente momento caracterizam-se como um processo construtivo sócio histórico.

Como descrito por Etchevarne & Pimentel (2011, p.31) “os sítios de arte rupestre não devem ser considerados com funcionalidades únicas. Em alguns casos observa-se a frequência de visitação de grupos pré-coloniais pela quantidade e diferença dos grafismos”. Pode-se dizer que neste tipo de sítio não havia um padrão para a pintura e o grafismo, por isso as cores ali expressadas tinham um significado que era a demarcação territorial, como algo que identificasse a organização do grupo. Considerando assim como parte da cultural material, por ser algo visível à sociedade, consideravelmente arranjados em paredões rochosos e abrigos.

Os sítios cerâmicos são pertencentes a algumas tradições como a Tupi e a Aratu, sendo possível encontrar suas marcas em objetos cerâmicos, e o que distingue este sítio dos demais é o tipo de arte desenvolvida pelos Tupis que por ali habitaram “ou seja, este macro grupo está definido essencialmente por uma tecnologia de produção cerâmica, doméstica ou ritualística, que o particulariza e o opõe a outros também ceramistas” (ETCHEVARNE & PIMENTEL, 2011, p.42). Em sua composição mineralógica está presente a argila que dá consistência e resistência ao objeto, tanto que milhares de anos após serem produzidas mantém a mesma forma física embora deteriorada pelo desgaste intempérico, tornando-se valioso para a arqueologia, pois são esses objetos que alimentam as pesquisas sobre a formação étnica daqueles grupos.

Os Sambaquis são conhecidos como concheiros, por se desenvolverem no litoral, e possui formação em conchas através de depósitos de resíduos deixados pelos humanos como ossadas de peixes e moluscos. “Nos sambaquis é possível encontrar vários tipos de vestígios enterrados, como fogueiras, instrumentos de pesca, pontas de projétil, quebra-cocos, sepultamentos, pequenas esculturas em pedra e em ossos de baleia, recipientes cerâmicos etc.” (ETCHEVARNE &

PIMENTEL, 2011, p.28). Estes artefatos diferenciam os grupos que por ali habitaram.

Dentre os sítios que apresentam vestígios de atividades humanas Etchevarne (1999) destaca que as manifestações artísticas estão presentes na forma rústica como era desenvolvido os instrumentos usados pelos povos antigos e não somente pelas representações das pinturas. Tanto que o sítio lítico é determinado pela fabricação de objetos a partir da pedra lascada e polida com o intuito de atender as necessidades humanas. A matéria-prima servia de estratégia para a localização dos sítios. Etchevarne (1999, p.120) afirma que “após essa tradição lítica não parece ter havido, no Nordeste, uma outra tecnologia de confecção de instrumentos que se tenha difundido por grandes extensões”. Atualmente os artefatos líticos podem ser encontrados a alguns metros de profundidade da superfície, após sofrer algumas modificações no solo por isso considera-se a escala espaço-tempo para análise dos objetos.

Ao analisar os sítios de arte rupestre no território brasileiro, estudados pelos arqueólogos, têm-se a necessidade de compreender o desenvolvimento dessas pinturas baseadas na tradição e estilo a que pertence. Para Costa (2012, p.9) “[...] as representações rupestres no Brasil têm sido estudadas a partir da ordenação em categorias crono-estilísticas denominadas de tradições”. Com isso Ribeiro (2006, p.34) ao citar Dunnell salienta que “o estilo descrevia as similaridades entre artefatos em termos homólogos, fazendo com que, de acordo com Dunnell (1986, 31-32), processos como migração, difusão, persistência, etc. fossem os únicos capazes de explicá-las”. Desta forma, o estilo também pode ser compreendido como parte do desenvolvimento étnico.

A tradição arqueológica foi introduzida no Brasil em meados da década de 60, quando houve o desenvolvimento do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), idealizado e financiado pelo Smithsonian Institution, sob a coordenação dos arqueólogos norte-americanos Betty Jane Meggers e Clifford Evans (COSTA, 2012, p.10). Com o uso desses programas a finalidade seria ter a dimensão ocupacional arqueológica existente no território brasileiro, de modo que todas essas informações estivessem organizadas em tradições, por esta razão Martin¹ (1996 p.242) assegura que:

¹Martin, G. Pré-História do Nordeste do Brasil. Recife: UFPE, 1996

As tradições rupestres do Brasil não evoluíram por caminhos independentes, mas seus grupos étnicos aos quais pertencem, provavelmente, muitas vezes mantiveram contatos entre si, produzindo-se a natural evolução no tempo e no espaço que nos obriga a estabelecer as subdivisões pertinentes.

Martin então pontua que nessas circunstâncias, para que houvesse evolução, os grupos étnicos em algum momento mantiveram uma relação e as características representadas nos padrões das imagens solidificam o termo tradições rupestres. Assim cada sítio possui sua especificidade em relação às pinturas encontradas.

Segundo Luz (2012, p. 30), as tradições são uma continuidade das doutrinas, relacionada ao costume e valores a que está vinculada a vida em sociedade e para cada tradição [...] “é possível distinguir-se diferentes estilos que são estabelecidos a partir de particularidades que se manifestam no plano da técnica de manufatura gráfica e pelas características da apresentação gráfica da temática”. As tradições rupestres, através das repetições nos traços têm dado continuidade às práticas culturais.

Os sítios arqueológicos no Brasil são inúmeros, com diferentes tempos históricos e características, mas que conservam dados importantes da pré-história. O primeiro sítio a ser reconhecido por sua arte rupestre e reunir milhares deles está situado no Sudoeste do Piauí, sendo conhecido como Parque Nacional da Serra da Capivara. Segundo Ribeiro (2006, p. 96) este sítio apresenta as tradições Agreste e Nordeste. “Apesar das figuras das tradições Nordeste e Agreste aparecerem nos mesmos sítios no centro mineiros, suas pinturas geralmente não se sobrepõem, ambas são recentes mas não sabemos qual a ordem de sucessão entre elas”.

Desde a década de 80 que as pinturas rupestres do território nordestino vêm sendo objeto de estudos, a partir do reconhecimento e identificação dos estilos como determinantes dos grafismos, embora muitos pesquisadores tenham iniciado os estudos bem antes.

Na região Nordeste as tradições arqueológicas que se agrupam são: Nordeste, Agreste, São Francisco, Itaquiara e Geométrica. “O reconhecimento da tradição Nordeste, impõe à interpretação arqueológica a necessidade de considerar a existência de figuras com ampla distribuição geográfica e

possibilidade de um significado comum”, (COSTA, 2012, p. 23) ou similar considerando a possibilidade de divisão no território por diversos grupos.

A tradição Nordeste recebeu essa nomenclatura pela grande concentração de registros rupestres nesta região. É uma definição criada por Niede Guidon, pesquisadora e arqueóloga que se aprofundou e realizou importantes descobertas no Parque da Serra da Capivara no Piauí, que tem vários abrigos catalogados sobre as rochas com grafismo e pinturas. Para Ribeiro (2009) “a tradição Nordeste possui um alto grau de dinamismo, sendo quase possível imaginar-se diante de um filme pré-histórico”. A argumentação da autora está relacionada com as representações encontradas e finaliza ao dizer que “são cenas de caça, de rituais, de sexo, de nascimento, danças, animais e antropomorfos enfeitados e adornados que parecem caracterizar a rotina dos povos autores destas imagens”.

“Na Tradição Agreste se reconhece as imagens de antropomorfos e nota-se uma escassez de figuras de animais, geralmente sem movimento aparente. Ou seja, são figuras que não representam cenas dinâmicas, são imagens estáticas” (LUZ, 2012, p. 30). Neste tipo de tradição as imagens não são facilmente reconhecidas, pois não há o delineamento das figuras, e a forma utilizada para a realização destes traçados é um tanto grosseira. Os sítios em Pernambuco e Piauí são responsáveis pela definição desta tradição.

Durante a década de 80 foi definida a tradição São Francisco, sendo responsável pelos estudos desenvolvidos, geralmente suas figuras são geométricas em monocromia e policromia. Segundo Ribeiro (2009, p. 87) “suas manifestações ocorrem apenas em pinturas e são caracterizadas pela predominância de figuras geométricas que podem chegar aos 80 cm de comprimento, com formas e composições variadas e consequentemente policromáticas, em cores contrastantes”.

A tradição Itacoatiara é uma das mais enigmáticas para a interpretação, pela ligação com representações espaciais, mas acredita-se que esteja mais relacionada com o culto das águas, porém para esta tradição há várias versões, não havendo consenso quanto a sua origem. Cavalcante (2008, p.121) ao citar Martin (1996) diz que as “Itacoatiaras” (pedra pintada na língua Tupi) estão espalhadas por várias regiões do país. São petroglifos de tamanhos e feições diferentes que têm em comum a sua profunda ligação com a água, estão grafadas,

sobretudo, em margens de rios (MARTIN, 1996, 266-267). As pinturas são de grafismo puro, com pegadas humanas.

2.5 O Patrimônio Arqueológico e a legislação brasileira

O artigo 216 da Constituição Federal de 1988 afirma que “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Instituído também “os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”. (Art. 216, Inciso V).

Cabe à União, ao Estado, ao Distrito Federal e aos municípios legislar respectivamente para a “proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico,” (artigo 24, inciso VII), bem como ter “responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico” (inciso VIII). É de capacidade de o município “promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”. (Artigo 30, incisos IX).

A constituição Federal ainda no artigo 216, parágrafo primeiro, dentre suas abordagens, vem assegurar que “(...) o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (BRASIL, 1988^a). É uma forma que se encontrou para tentar assegurar que todos os bens sejam resguardados, e valorizados. No seu no parágrafo terceiro, o artigo 216 estabelece ainda que “a lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais”.

O Art. 3º da Lei federal Nº 3.924, de junho de 1961 (BRASIL, 1961, p.4) dispõe que “são proibidos em todo o território nacional, o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiras ou sernambis, e bem assim dos sítios, inscrições e

objetos”. A comunidade deve se apropriar de conhecimentos ligados aos monumentos existentes, uma vez que são responsáveis por zelar pelo patrimônio, no entanto ao atribuir valores na tentativa de obter lucros abre-se espaço para a descaracterização dos registros pré-histórico, gerando penalidades por infringir as leis. Entretanto existe uma lei mais recente que autoriza o proprietário de um local caracterizado como sítio o explore comercialmente, por meio de visitação, visando a conservação do mesmo.

O decreto Nº - 6.845, de 7 de maio de 2009 no artigo VIII Supõe que:

- Desenvolver processos de comunicação, educação e ação cultural relativos ao patrimônio cultural sob a guarda das instituições museológicas para o reconhecimento dos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local e o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro;

No intuito de afirmar a valorização de quaisquer achados arqueológicos o Art. 26 da Lei federal Nº 3.924, de junho de 1961. Argumenta que “Para melhor execução da presente lei, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional poderá solicitar a colaboração de órgãos federais, estaduais, municipais, bem como de instituições que tenham, entre os seus objetivos específicos, o estudo e a defesa dos monumentos arqueológicos e pré-históricos”. Segundo Luz (2012, p.24) “A dispersão destes sítios em território brasileiro, muitas vezes inacessíveis, e os recursos limitados do Órgão de proteção federal responsável (IPHAN) não têm permitido uma preservação eficaz, mas sim somente, algumas ações pontuais”.

2.6 Educação patrimonial

Apesar de várias definições para a Educação Patrimonial, neste trabalho será usada a definição de Horta et al. (1999), que aborda perspectivas em relação ao desenvolvimento educacional, considerando os diálogos que surgem a partir de reflexões sobre a temática. Desta forma as discussões no ambiente escolar terão uma outra visibilidade por estar aproximando a teoria da prática, principalmente, nas escolas de ensino público do município de João Dourado assim como dos municípios vizinhos que ao aplicar este conteúdo metodologicamente, tem-se a possibilidade de explorar diversos temas transversais no ensino de Geografia.

Para Horta et al. (1999, p. 4) “A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”.

A educação patrimonial não se restringe apenas a um espaço, mas a todos aqueles que se aplicam para o desenvolvimento de instrumentos pedagógicos. Contudo a necessidade de se discutir as manifestações culturais, a partir do contexto social vivido pelo indivíduo e sua comunidade, requer sobretudo conhecimento sobre as multiculturalidades existentes no país, e as distinções que há entre elas por receber influência de vários outros lugares e gerações.

Na Portaria Nº 137, de 28 de abril de 2016 diz que:

No Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação.

No decorrer do processo de ensino-aprendizagem o conhecimento se torna parte de uma conscientização, onde o indivíduo passa a compreender a história através de referências culturais que posteriormente faça-o considerar a sua importância para preservação e valorização desses bens. Neste sentido Horta et al. (1999; p. 4) ressalta que “o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania”.

Em decorrência da necessidade de sistematizações mais aprofundadas das ações educativas no âmbito das políticas de preservação, o Instituto de Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN), por meio de seu setor de promoção, passou a estruturar e consolidar uma área específica voltada para as ações educativas ligadas à preservação do Patrimônio Cultural brasileiro. (IPHAN, 2009, p. 14). Essas ações tem por finalidade dar incentivo para que a educação patrimonial seja entendida como um mecanismo que tem a contribuir para a proteção dos bens naturais.

A Lei de Diretrizes e Bases, a LDB – 9.394/96, que prevê em seu art. 1º que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida

familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (LDB, 2005). A educação patrimonial em seu processo educativo, tem como objetivo o estudo do patrimônio cultural, por essa razão é necessário que se construa uma reflexão em torno dos aspectos que se relacionem culturalmente.

Deste modo os estudos desenvolvidos pelas escolas incluem a organização do currículo para que os alunos sejam contemplados com conteúdo que permita relacionar e contextualizar com o espaço de vivência. À medida que os laços de pertencimento seja reforçado o indivíduo consegue enxergar ali possibilidades para desenvolver estudos mais concretos que possam beneficiar a própria comunidade futuramente. O trabalho consiste em tornar a aprendizagem provocativa para que os indivíduos possam ser instigados a solucionar questões significativas e norteadoras. Para Horta et al. (1999, p.6):

O processo educativo, em qualquer área de ensino/aprendizagem tem como objetivo levar os alunos a utilizarem suas capacidades intelectuais para a aquisição de conceitos e habilidades, assim como para o uso desses conceitos e habilidades na prática, em sua vida diária e no próprio processo educacional. A aquisição é reforçada pelo uso dos conceitos e habilidades, e o uso leva à aquisição de novas habilidades e conceitos.

Nesta perspectiva a discussão de Horta é para ressaltar a importância da interdisciplinaridade, que pode ser utilizada como prática em qualquer disciplina, assim como a Educação Patrimonial é recomendada para inserção nas disciplinas de Geografia e História, havendo a junção entre a teoria dialogada e a prática em sala de aula, proporcionando aos alunos a coleta de informações, em áreas que possuem patrimônios culturais com preservação ambiental e que dispõem de sítios de arte rupestres por exemplo com diversas opções de conteúdo a serem analisados.

À medida que o aluno começa a descobrir que há meios de estimular e aprimorar o seu próprio senso crítico, o interesse em realizar pesquisas será constante, pois reconheceu a importância de valorizar os bens culturais. Horta et al. (1999, p.6) selecionam algumas etapas metodológicas que são importantes para o desenvolvimento deste processo apresentando diversas características pedagógicas (figura 1).

Figura 1 - Metodologia da Educação Patrimonial

Etapas	Recursos/ Atividades	Objetivos
1) <u>Observação</u>	exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, medição, comparação, dedução, jogos de detetive...	• Identificação do objeto/função/significado; • Desenvolvimento da percepção visual e simbólica
2) <u>Registro</u>	Desenhos, descrição verbal ou escrita, gráficos, fotografias, maquetes mapas e plantas baixas...	• fixação do conhecimento percebido, aprofundamento da observação e análise crítica; • desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
3) <u>Exploração</u>	Análise de problema, levantamento de hipótese, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa em outras fontes como bibliotecas, arquivos, cartórios, instituições, jornais, entrevistas.	desenvolvimento das capacidades de análise e julgamento crítico, interpretação das evidências e significados.
4) <u>Apropriação</u>	Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme, vídeo.	Envolvimento afetivo , internalização, desenvolvimento da capacidade de auto-expressão, apropriação, participação criativa, valorização do bem cultural.

Fonte: Horta et al., 1999, p. 9

Através desta metodologia pode-se reconhecer a capacidade intelectual e as habilidades dos alunos na execução de atividades práticas, relacionando-a com o contexto sociocultural qual ele vive. Além disso será enriquecedor, exigindo uma preparação ainda maior para que possa envolver tanto o professor como o aluno, possibilitando refletirem sobre os instrumentos sociais e priorizando o seu papel social, à medida que as pesquisas estiverem sendo construídas fora da sala de aula.

Portanto, a comunidade reconhece que aquele espaço conta a história de uma sociedade e que representa as manifestações culturais peculiares da pré-história, causa não só para a sua realidade cotidiana, mas de diversos alunos e professores que estudam estes fatos desde o início de sua formação, existe uma

satisfação por ter acesso a informações que estão conservadas a milhares de anos. O objetivo é que nada se perca ao longo do tempo.

Para a compreensão do meio ambiente histórico, é necessário “avaliar a influência da ação e comportamento humanos sobre a paisagem natural, bem como a influência da paisagem local sobre esses comportamentos naquela localidade, que contribui para o seu “caráter” especial (HORTA et al. 1999 p 16). Os autores em suas afirmações enfatizam também o desenvolvimento econômico, ligado ao turismo, no entanto Melo e Cardozo (2005, p.1064), afirmam que em relação à população que recebe o turismo, ou que fazem parte do patrimônio de outras culturas, e cuja apropriação, por formas estruturadas e intencionais de educação, pode ampliar o horizonte cultural dos turistas”.

A comunidade a princípio passaria a se desenvolver economicamente com os registros históricos, quando o número de visitantes começarem a aumentar, surgindo a necessidade de incluir a serviços básicos para atendê-los. De acordo com a Lei da Constituição Federal no artigo 126 diz, no parágrafo V:

“... os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” são considerados como patrimônios imateriais por fazerem referência à identidade dos formadores da sociedade.

Esta disposição na Constituição Federal nos sugere que é preciso conhecer os patrimônios culturais e as peculiaridades ao seu em torno, de modo que possa desenvolver uma consciência crítica, relacionado a tudo aquilo que se vivencia e observa, partindo do estudo de ciências que norteiam esse processo de continuidade da história e cultura.

2.7 A Aula de Campo e o Ensino de Geografia

A aula de campo tem se mostrado como uma ferramenta muito eficiente quanto à fixação de conteúdos diversos, viabilizando ao aluno aplicar teoria à prática.

No ensino de geografia, tal ferramenta tem significado ainda maior, pois para se entender conceitos-chave da Geografia, os fenômenos e como eles ocorrem, tanto na área humana, quanto na área física, é essencial ir a campo. No entanto, em meio a um mundo informatizado e que caminha cada vez mais fundo

para a tecnologia, tem se esquecido do quanto essa ferramenta é eficaz e proporciona experiências inesquecíveis aos alunos, o que facilita, e muito, no aprendizado dos mesmos.

É importante que o professor, além de utilizar metodologias e recursos tecnológicos, saia em alguns momentos da realidade virtual e passe a trabalhar com o concreto e ir a campo, e assim desconstruir a ideia de que a educação se restringe somente à sala de aula.

O campo pode ainda auxiliar no despertar do interesse dos educandos pelas aulas de geografia. Silva et al. (2015, p. 01) complementam afirmando que:

As aulas de campo proporcionam a associação do saber teórico com o prático, fundamental para o processo de ensino e aprendizagem, em prol da educação geografia², pois novas metodologias atraem novos olhares, onde as excursões pedagógicas estimulam o gosto pelos assuntos.

A leitura do espaço geográfico é de grande importância para compreender a dinâmica deste. O campo proporciona além do ver. É sentir, tocar, experimentar, são os odores, os sabores, o comprovar das teorias e ou sanar as dúvidas. Neste sentido, Callai (2005) apud Silva (2015, p. 03) salienta que:

Ler o mundo da vida, ler o espaço e compreender que as paisagens que podemos ver são resultados da vida em sociedade, dos homens na busca da sua sobrevivência e da satisfação das suas necessidades. Em linhas gerais, esse é o papel da geografia na escola: Refletir sobre as possibilidades que representa, no processo de alfabetização, o ensino de geografia, passa a ser importante pra quem quer pensar entender e propor a geografia [...].

O roteiro aula de campo disponibilizado neste trabalho tem então o intuito de disponibilizar aos professores de geografia uma ferramenta rica e eficaz para se trabalhar conteúdos diversos que permeiam a hidrografia, geologia, geomorfologia, pedologia, biogeografia, educação ambiental, etc. e assim proporcionar aos alunos a experiência de aplicar o que foi aprendido em sala de aula, à prática, e assim viabilizar um saber concreto e significativo.

2 Trecho transcrito fielmente do trabalho consultado. A expressão “educação geografia”, que sofreu erro de digitação, é referente à “educação geográfica”.

3 CARACTERÍSTICAS DA ÁREA DE ESTUDO

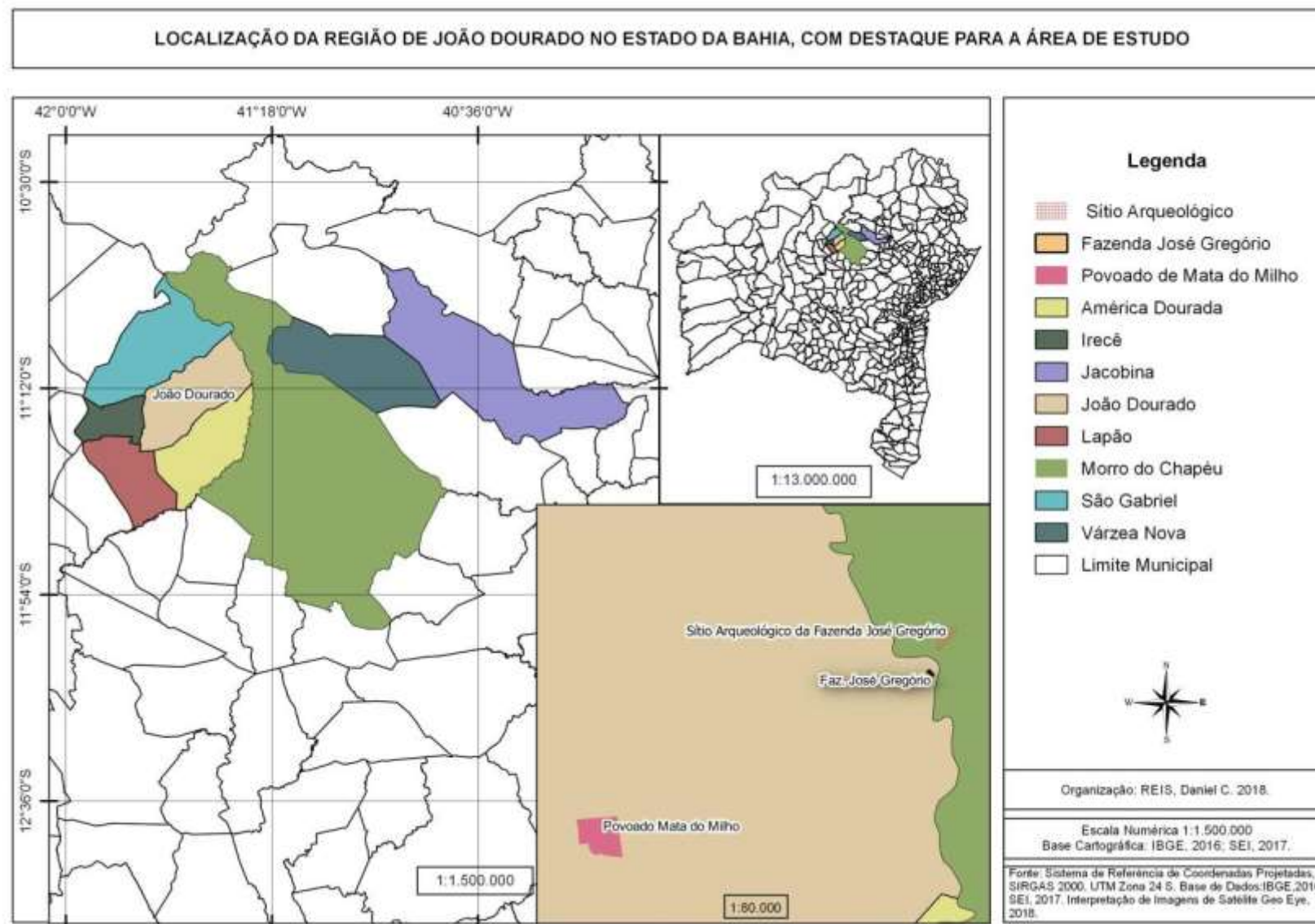
3.1 O MUNICÍPIO DE JOÃO DOURADO

O sítio arqueológico da Fazenda José Gregório, está situado no município de João Dourado, na região centro norte do Estado da Bahia mapa (1), o qual é limitado pelos municípios de Lapão, América Dourada, Irecê e São Gabriel, pertencendo ao Território de Irecê.

Para ter acesso ao município de João Dourado a partir de Salvador, segue-se pela BR 324 até a cidade de Feira de Santana (119 km), logo em seguida toma-se a BA-052 (Estrada do Feijão) percorrendo 465 km. A cidade de Morro do Chapéu é um referencial importante, por ser uma cidade que está centralizada entre a BA-144 e BA- 052. Contudo, há outra opção pela BA 324, embora siga em sentido diferente para a cidade de Jacobina-BA (342 km), e chegando ao Distrito de Lages da Batata (34 km), passando pela BA 144 que dá acesso ao município de Várzea Nova e Morro do Chapéu (392 km), a partir desses trajetos é possível chegar até o município sem grandes dificuldades, logo até a fazenda onde se situa o sítio.

O contexto geológico no qual se encontra a área de estudo está na parte central do Estado da Bahia, território do município de Irecê Kuchenbecker et al (2011, p. 42) ressalta que “a Bacia de Irecê constitui a principal ocorrência de coberturas sedimentares neoproterozóicas na porção norte do Cráton do São Francisco”. Kuchenbecker et al então cita Inda & Barbosa⁶ (1978) que argumenta sobre um outro lado da bacia ao dizer que “o embasamento é representado, a noroeste da bacia, pelas rochas paleoproterozóicas atribuídas ao Complexo Xique-Xique, uma associação de quartzito, itabirito e silexito, de ocorrência restrita”.

Mapa 1 - Localização da área de estudo.



Fonte: Reis, 2018.

Na área estudada, ocorre o Grupo Una, uma sequência carbonático-pelítica que, segundo Ramos et al. (2007, p.228) repousa discordantemente sobre os metassedimentos do Grupo Chapada Diamantina e é formada da base para o topo pelas Formações Bebedouro e Salitre”. De acordo com Silva (2005, p. 37) a subunidade Nova América Inferior ocorre “desde o Nordeste da Bahia até o extremo sul, apresentando os seguintes litótipos, da base para o topo: dolarenitos cinza-claro, dolarenitos e dolorruditos oolítico-oncolíticos, calcissiltitos, calcilutitos pretos e, raramente, silexites”.

“A formação Bebedouro é composta de conglomerados, ardósias e metassiltitos, já a Formação Salitre constitui-se “de um conjunto predominantemente carbonático com pelitos subordinados, composta de uma sequência de calcários cinza estratificados, com níveis dolomíticos e ardósia intercalada”. (SILVA. 2005, p. 36).

A geomorfologia da área de estudo para Silva (2005 p. 28) “caracteriza-se por uma topografia levemente ondulada, com elevações suaves e sem a formação de escarpas, apesar de localmente apresentar amplitudes consideráveis de variação altimétrica entre o topo e a base”, e os seus principais afluentes são os rios Verde e Jacaré que deságuam no Rio São Francisco.

No município de João Dourado encontra-se um processo de dissolução do calcário, o que pode possibilitar a entrada de água para o aquífero cárstico, que se forma nas rochas carbonáticas neoproterozóicas.

O clima é semiárido, com temperaturas médias acima de 28° C, e com 2.800 horas de sol por ano, que provocam altas taxas de evapotranspiração (potencialmente em torno de 3.000 mm/ano), 85% da precipitação evapora, 7% infiltra no solo e 8 % escoam superficialmente”. (ALMEIDA NETO, 2010, p. 24).

A precipitação pluviométrica é menor do que a evapotranspiração, com incidência de chuvas irregulares durante o ano, sendo os meses mais chuvosos aqueles entre novembro e março. Para amenizar essa situação o agricultor então recorre às águas subterrâneas, tornando-se adepto da agricultura irrigada.

A vegetação predominante é a caatinga com características xerofíticas, por se adaptar a períodos longos de estiagem em ambientes áridos, embora haja o contato da caatinga com Florestas Estacionais Semidecíduais ou cerrado, podendo haver espécies diversificadas no município. A vegetação arbustivo-arbórea tem a função de conter os efeitos da evapotranspiração, após passar por adaptações, geralmente perdem todas as folhas durante o verão.

É uma área com predomínio de solos que possui elevada pedregosidade (Cambissolo Háplico Tb Eutrófico), com matiz amarelado, textura argilosa ou muito argilosa, rasos a moderadamente profundos e bem drenados. Geralmente são solos de médio e baixo potencial de fertilidade, apresentando também limitações decorrentes do relevo ou da falta d'água” (SILVA, 2005, p. 47), contudo a agricultura consegue se desenvolver mesmo com estes fatores através do uso de produtos químicos que são depositados no solo com o intuito de melhorá-lo, entretanto acaba provocando o desgaste.

A área de estudo é cortada pelo Rio Jacaré pertencente à Vereda Romão Gramacho sendo subafluente do Rio São Francisco, cujas nascentes situam-se na Chapada Diamantina e a do Rio Jacaré em Barra do Mendes sendo uma das mais importantes a nível regional, possuindo um embasamento cristalino próximo as suas nascentes.

Na Fazenda José Gregório, corre a Vereda do Romão Gramacho, também denominada Rio Jacaré, que aparentemente baliza os limites municipais entre João Dourado e Morro do Chapéu. A Vereda do Romão Gramacho é um afluente da margem direita do São Francisco, e tem importância por correr no interior da Gruta dos Brejões, alguns quilômetros a jusante da área estudada.

3.1.1 Povoado de Mata do Milho

O Sítio arqueológico da Fazenda José Gregório está localizado em uma área próxima ao povoado conhecido como Mata do Milho, zona rural do município de João Dourado. Para chegar até o mesmo, é necessário conhecer todo o trajeto que será percorrido, tendo em torno de 12,5 km de distância.

O povoado de Mata do Milho está situado a aproximadamente 42 km da cidade de João Dourado, e 39 km das margens da BA 052. Para ter acesso se deslocando da cidade de Salvador é necessário seguir todo o trajeto em sentido a cidade de América Dourada, logo após em um povoado denominado de Lagoa dos Borges (432 km), segue-se caminho a partir daí por uma estrada de cascalho, a qual faz ligação com povoados como Soares de América e Mata do Milho até a Fazenda José Gregório e, por fim, o sítio onde são encontradas as pinturas rupestres em superfícies rochosas.

O povoado é mencionado como parte fundamental desta pesquisa por estar inserido no mesmo espaço territorial que a Fazenda São José Gregório, ou seja, as apreciações só começaram a ser planejadas partindo deste povoado que concentra boa parte da população.

O Povoado tem seu desenvolvimento social e econômico através das relações que foram estreitadas pelos primeiros moradores que ali residiram. Atualmente vivem em torno de 150 famílias, que se dedicam a trabalhos voltados para a agricultura familiar, em pequenas propriedades agropecuárias, cuja produção é escoada para a economia local e regional, sendo as principais culturas mamona, milho e feijão que são comumente produzidos no povoado, eles são destinados para a comercialização nas feiras livres das comunidades mais próximas e nas cidades vizinhas.

Esta agricultura se desenvolve numa base familiar, apenas para o consumo, mas que já começou a ser vista de forma mais consolidada, considerando do mesmo modo a captação da água através de cisternas como um método antigo que permite aos moradores armazenar esta água para ser utilizada nos períodos de estiagem prolongada.

O povoado contém apenas uma escola, cujos professores ministram aulas também em outras escolas da zona rural, tendo adquirido formação em cidades como João Dourado e Irecê. Alguns destes profissionais ainda não possuem a especialização exigida pelas normas educacionais, outros estão em processo de andamento ou já concluíram. Sobretudo, como apoio desses profissionais, foi feita a construção de uma nova escola municipal para o ensino fundamental I e II, com infraestrutura adequada para o acomodamento dos alunos, está que foi de grande valia para a comunidade, embora as taxas de analfabetismo ainda sejam consideráveis.

Como a escola só atende a uma parte do currículo da educação básica, muitos alunos precisam se deslocar por meio de transporte escolar para a cidade, para cursar o Ensino Médio e outras modalidades.

A partir da organização dos moradores, alguns pontos comerciais foram surgindo a exemplo de mercadinhos, bares, padaria, lanchonetes, uma pista para corridas com animais e vários outros, além da famosa Festa do Alho (conhecida em toda a região), o que proporciona um acréscimo na economia local. O acesso à internet e telefone é deficiente, dificultando a comunicação com pessoas distantes.

Boa parte das pessoas que vivem nesse espaço tem alguma religião definida, por isso há presença de igrejas protestantes e de uma igreja católica.

O povoado tem apenas um posto de saúde ou Programa de Saúde da Família (PSF), no entanto, com a ausência de farmácias e hospitais a opção dos moradores é se dirigir para a cidade de João Dourado ou para Irecê, em casos mais graves.

3.1.2 Fazenda José Gregório

A Fazenda José Gregório (FJG) está localizada próxima ao povoado de Mata do Milho, município de João Dourado – BA. Do povoado até a entrada da mesma são percorridos 9,5 Km. A área tem aproximadamente 6.000 hectares de extensão. É uma propriedade particular e sua extensão encontra-se no limite territorial entre os municípios de João Dourado e Morro do Chapéu – BA. Além disso, é vizinha da Área de Preservação Ambiental (APA) do Estado, a Gruta dos Brejões/Vereda do Romão Gramacho.

Os proprietários atuais (a família G. S.) chegaram em 1958. Nesta mesma época, as crianças da família saíram à procura de cabras errantes. Na tentativa de trazê-las de volta para casa, descobriram as pinturas do sítio arqueológico, este que posteriormente descobriram que já era de conhecimento dos vizinhos da propriedade.

Tendo em vista que a FJG está localizada em uma área de caatinga preservada, vizinha a uma reserva ambiental, ela dispõe da presença de animais diversos, como a onça parda e a preta, jacaré, veados, caititu, mocó, cutia, diversas espécies de cobras, como a jiboia, muçurana, caninana, uma grande variedade de peixes e pássaros e espécies diversificadas de plantas, como o umbuzeiro, umburana, carnaúba, caraíba, juazeiro, gameleira, etc. Além disso, tem o Rio Vereda Romão Gramacho que corta o terreno do início ao fim, o que confere a presença de cachoeiras, olhos d'água, e lagos.

A família proprietária da fazenda tem uma política de preservação do ambiente, por isso, a caça, pesca e extração de madeira não são permitidos. Apesar disso, muitas pessoas, ainda o fazem sem o consentimento dos mesmos, neste caso, surgem os caçadores em busca de animais silvestres para complementar a alimentação da família ou mesmo vender, vaqueiros e pastores de rebanhos que passam pelo terreno a procura de comida e água para seus rebanhos, encontram as

pinturas do sítio arqueológico e degradam-na sem ter noção da importância das mesmas.

É importante salientar que a maioria das famílias são pobres e a caça, a pesca e a retirada de madeira acabam sendo uma tentativa de superar a miséria e a fome e garantir a sobrevivência. Mesmo assim, estes têm que ser conscientizados do valor científico do sítio, para que sejam impulsionados a reconhecê-lo como patrimônio histórico e preservá-lo, assim como as riquezas naturais presentes na fazenda.

4 O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA FAZENDA JOSÉ GREGÓRIO

A área estudada tem feição geomorfológica caracterizada por uma topografia com relevo ondulado (figura 3) com a presença de morros e vales com altitudes variáveis entre o topo e a base, de 500 a 700 metros, com características de pediplano. “Formada por planos inclinados, onde afloram os calcários da Formação Salitre com caimento geral para o vale do São Francisco e altimetria inferiores às do Planalto Cárstico, com valores variando entre 600 metros, mais ao sul, chegando a 450 metros no seu limite norte” (SILVA, 2005, p. 30). Este pediplano é constituído de vários planaltos onde afloram os calcários da Formação Salitre (SOUZA et al., 2003), sendo o município de Irecê situado no Planalto calcário homônimo (BAHIA, 1981³.)

Figura 2- Afloramento de arenito.



Fonte: SANTOS, 2017.

Este pediplano entretanto contém no seu interior, relevos residuais com altitudes de até 600 metros que se formam em razão da existência de rochas mais

³ BAHIA. CPE/SEPLANTEC, 1981.

resistentes ao intemperismo, no caso, os arenitos da Formação Morro do Chapéu (Sousa et al., 2003). Em meio a estes planos inclinados pode-se encontrar, adjacente ao leito da Vereda do Romão Gramacho, antigos terraços fluviais depositados por esta drenagem em épocas provavelmente mais úmidas (Fig. 3).

Figura 3- Relevo de serras residuais em meio ao Planalto calcário de Irecê. Trata-se da Serra da Babilônia, que se vê ao longe. Em primeiro plano, antigo terraço fluvial da Vereda do Romão Gramacho.



Fonte: BARBOSA, 2017.

As formações rochosas do Sítio Arqueológico da Fazenda José Gregório têm em sua composição os arenitos da Formação Morro do Chapéu que de acordo com Sampaio (2001, p. 54) “a Sequência Deposicional Morro do Chapéu (arenitos de origem fluvioestuarina) foi depositada em incisões de rede de drenagem nos sedimentos plataformais da Formação Caboclo (Dominguez, 1993)”.

A formação Morro do Chapéu é mesoproterozóica e aparentemente se interdigita com os calcários da Formação Salitre, então Sampaio diz que (2001, p. 60) “as reservas de calcário são praticamente inesgotáveis, dada a considerável extensão de ocorrência de rochas carbonáticas, sobretudo da Formação Salitre”. A Formação Morro do Chapéu no local do sítio arqueológico é composta por arenitos cinza a

avermelhado com estratificação plano-paralela, tendo sido formada em um sistema fluvial (Sousa, 2003). Subordinadamente aos arenitos ocorrem conglomerados e siltitos (Figura 4-5).

O sítio arqueológico se localiza em um pequeno cânion com cerca de 5 metros de largura, que constitui um vale fluvial de drenagem efêmera. Este pequeno cânion tem paredes verticalizadas, com paredões com altura de aproximadamente 10 a 15 metros da superfície, formando um vale com 5 metros de largura.

Figura 4 - Cânion cortando arenitos da Formação Morro do Chapéu, no qual se localizam os abrigos que contêm as pinturas rupestres.



Fonte: FERNANDES, 2017.

O leito do cânion é de arenito, e a vegetação escassa, é basicamente de caatinga arbustiva (Figura 7). O cânion ocupa um vale com direção 563 metros. Ao chegar ao sítio é possível perceber ainda nos arenitos uma estrutura possivelmente sedimentar, cuja origem não é clara. A formação corresponde a impressões em formas circulares e semicirculares de tamanhos de 2 cm a 8 cm (Figura 5). Segundo Etchevarne e Pimentel (2011, p, 49) “os arenitos, por exemplo, constituem situações topográficas

como os abrigos, paredões e cânions com superfícies satisfatórias para plasmar os grafismos”.

Figura 5 - Estrutura de origem desconhecida sobre superfície rochosa.



Fonte: BARBOSA, 2017.

No local, a estratificação sub-horizontal dos arenitos da Formação Morro do Chapéu sofreu processo de erosão pela ação de agentes físicos, químicos e biológicos (Figura 6). “Essas superfícies constituem depósitos supergênicos, constituídos por concentração de ferro e manganês que cimentam fragmentos de diversos litótipos (Sampaio 2011, p. 44). E seu formato simula a forma de “marquises”, constituindo abrigos. Nestes espaços então as pinturas, que eram utilizadas como uma forma de manifestar a cultura daqueles povos que ali habitaram.

Figura 6 - Abrigo formado em arenito erodido por agentes físicos-químicos-biológicos.



Fonte: SANTOS, 2013.

Figura 7 - Vegetação ao redor dos paredões de rochas sedimentares da formação Morro do Chapéu. A largura do leito rochoso do riacho é de cinco metros.



Fonte: SANTOS, 2017.

4.1 AS PINTURAS RUPESTRES

As pinturas consistem em símbolos que se assemelham a círculos de vários tamanhos em torno de 13 cm a 20 cm (Figuras 9 e 13), círculos com uma linha horizontal no meio (Figura 9), figuras semelhantes a pés de aves (Figura 8) e outras parecidas com asterisco (Figura 12), outras como rodas de bicicleta (Figura 13).

São comuns também figuras com vários rios verticais seguidos (Figuras 10 e 11) riscos verticais cortados ao meio por linhas horizontais (Figura 14), e figuras como “pontinhos”, provavelmente feitos com as pontas dos dedos (Figura 15), dentre outros.

As cores eram improvisadas com pigmentação natural e de muita resistência, tanto é que resistem a milhares de anos sem ser extinguidas pelo intemperismo, diante disso as mais utilizadas são vermelho, preto, marrom e amarelo. Para Alves (2008 p.3), “a princípio, na natureza, ao traçar figuras com os dedos nas paredes úmidas das cavernas, se apropriavam das sugestões de suas formas, utilizando carvão e pigmentos terrosos para a elaboração dos seus registros”, como é possível perceber nos paredões rochosos na FJG.

Figura 8 - Pintura rupestre – símbolo semelhante ao pé de uma ave.



Fonte: SANTOS, 2017.

Figura 9 - Pintura rupestre com coloração avermelhada.



Fonte: BARBOSA, 2017.

Figura 10 - Provavelmente duas gerações diferentes de pintura rupestre, uma delas com cor vermelha e outra com cor preta; Observam-se ainda riscos cinza-claro, aparentemente recentes, derivados de vandalismo.



Fonte: SANTOS, 2017.

Figura 11 - Figura de vários riscos verticais seguidos.



Fonte: FERNANDES, 2017.

Figura 12 - Figura semelhante a um asterisco.



Fonte: FERNANDES, 2017.

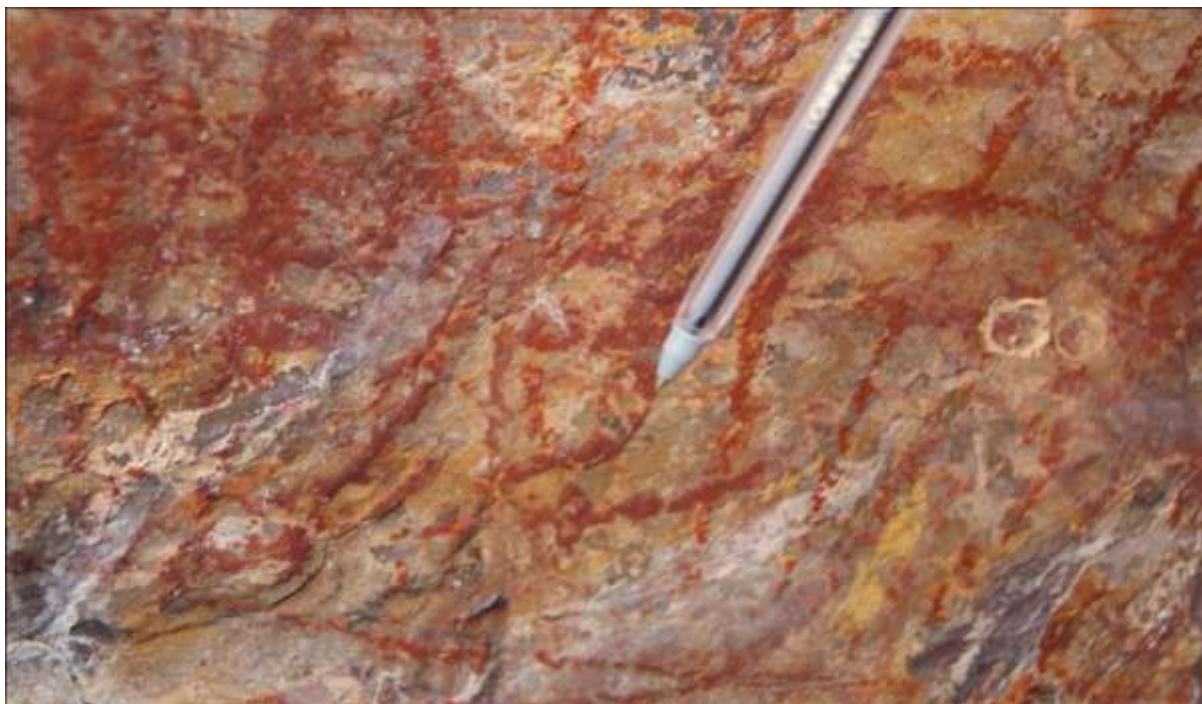
Figura 13 - Círculo semelhante a uma roda. Nesta imagem é possível perceber os riscos cinza claro, mais recentes, que ocasionam a violação/deterioração das pinturas.



Fonte: BARBOSA, 2017.

É possível notar, ao ir a campo, que as pinturas estão riscadas, percebe-se a tentativa de apagá-las ou mesmo de imitá-las, fazendo outros desenhos em cima delas ou ao lado, o que acarreta na degradação deste bem tão precioso (Figura 13).

Figura 14 - Figura com vários riscos verticais seguidos, cortados por linhas verticais.



Fonte: FERNANDES, 2017.

Figura 15 – Figura de “pontinhos”, provavelmente feitos com a ponta dos dedos.



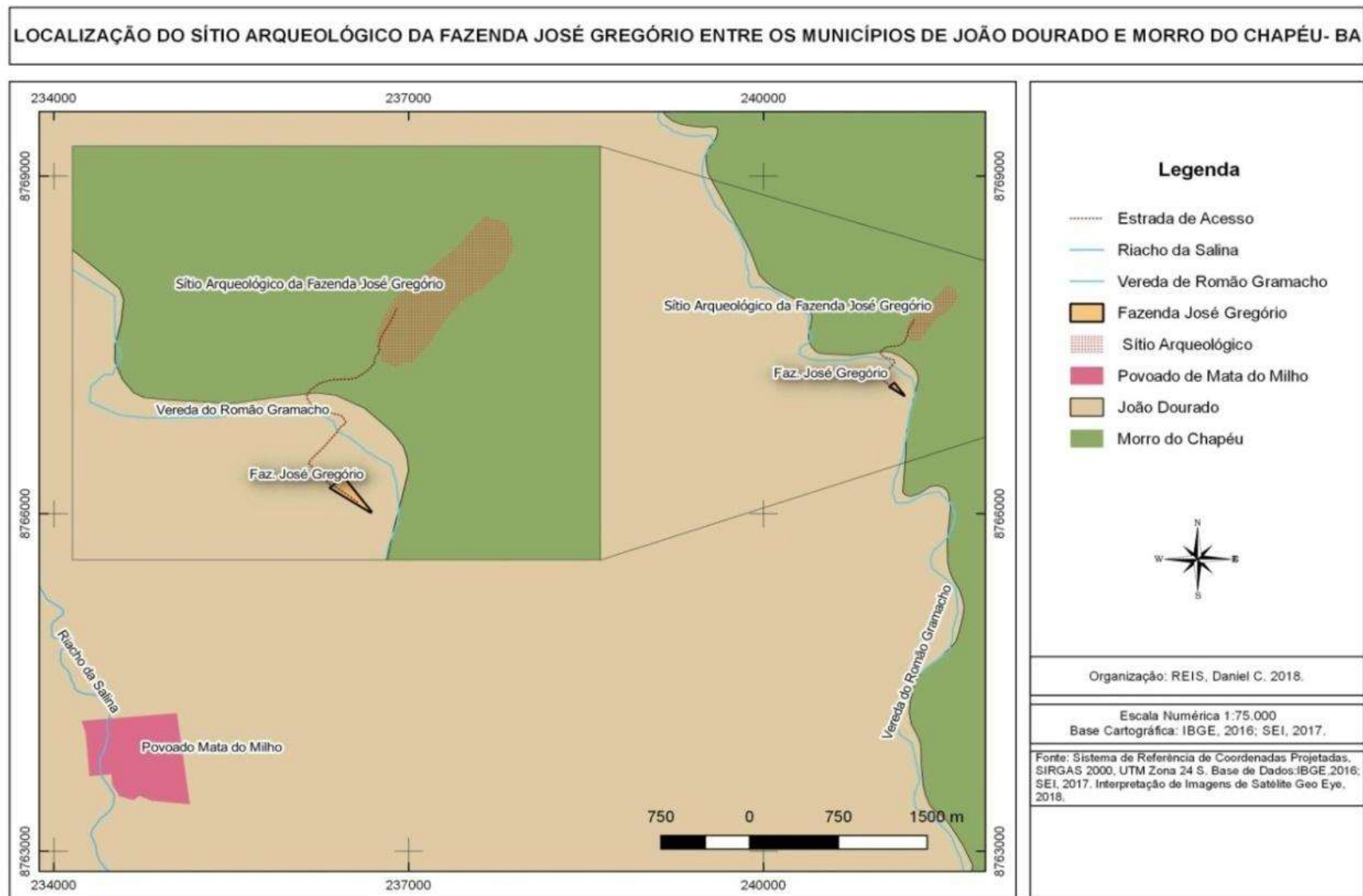
Fonte: FERNANDES, 2017

5 A AULA DE CAMPO COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM: PROPOSTA DE ROTEIRO DESCRITIVO PARA USO EM AULA DE CAMPO NO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA FAZENDA JOSÉ GREGÓRIO

O trajeto do povoado de Mata do Milho até o sítio é de 12,5 km, como pode ser observado no mapa (2). O trajeto, a partir do povoado, foi feito com o auxílio do senhor L. G. S., um dos proprietários da fazenda, que foi nosso guia até o sítio arqueológico. É relevante destacar que, a partir do início da fazenda até o ponto final, é imprescindível ter autorização para visitas, por tratar-se de uma propriedade particular.

O sítio arqueológico está situado em uma propriedade privada. Salienda-se que, grande parte do percurso, é feito realizado por meio de veículo. Na segunda parte, é necessário caminhar por uma distância de aproximadamente 1 km até a sede da Fazenda José Gregório e mais 2 km até o sítio arqueológico, o que dá um trajeto de 3 km, seguindo os pontos referenciados. Vale ressaltar que o trajeto da entrada da fazenda até o ponto final não é plano e consiste em vários trechos com blocos rochosos de tamanhos diversos, o que exige uma certa habilidade ao percorrê-lo, no entanto, pode ser feito sem problemas.

Mapa 2 - Localização da área de estudo.



Fonte: REIS, 2018.

5.1 DA SEDE DA FAZENDA ATÉ O SÍTIO ARQUEOLÓGICO

Os pontos abaixo descritos receberam as iniciais de LR em referência aos cognomes das pesquisadoras. Os números são referentes aos pontos de parada, com elementos essenciais à observação do aluno e mediação do professor. À medida que se seguem os pontos, a paisagem vai se transformando, o que é de grande importância ser enfatizado pelo professor nas paradas.

5.1.1 Ponto LR1: Começo da trilha

Entrada da Fazenda, com coordenadas Latitude (y): 240.620 mE e Longitude (x): 8.766.970 mN. Caatinga virgem, relevo em rampas mergulhando para leste, sendo visíveis afloramentos e fragmentos deslocados de calcário acinzentado no solo. Os calcários no local têm acamadamento com atitude N10E; 10NW. Os solos são litólicos, com horizonte A quase inexistente, com fragmentos angulosos de rochas como mostra a imagem abaixo (Figura 16), e a vegetação a caatinga arbustiva.

Figura 16 - Início da estrada na fazenda José Gregório.



Fonte: SANTOS, 2013.

5.1.2 Ponto LR2: Leito da Estrada

Coordenadas: Latitude (y): 8.767.020 e Longitude 241.139 mE. Leito da estrada, onde começam a aparecer blocos semiarredondados de 0,50 cm a 1,0 m de arenito da Formação Morro do Chapéu quartzo leitoso e ônix. Os seixos de ônix são menores, em torno de 10 cm. Há ainda a presença de cascalho arredondado, que indica um provável antigo terraço fluvial (Figura 17). À medida que se segue caminho, é possível observar a vegetação da caatinga, ainda preservada.

Figura 17 - Leito da estrada.



Fonte: SANTOS, 2013.

5.1.3 Ponto LR3 - Rio Vereda do Romão Gramacho ou Rio Jacaré

Coordenadas: Latitude (y): 8.767.246 mN e Longitude (x) 241.215 mE.

No caminho até o rio, se atravessa uma área muito plana, com algumas dezenas de metros de largura, que se localiza entre duas áreas mais elevadas, a oeste e leste. Esta área muito aplainada é adjacente ao leito da Vereda do Romão Gramacho, tratando-se provavelmente de um antigo terraço fluvial. Este fato indica que o rio já foi mais caudaloso em um tempo geológico anterior, tendo sido possível

que seu leito ocupasse grande parte da área entre as duas áreas elevadas a oeste e a leste.

Neste ponto é interessante observar que o nome “Vereda de Romão Gramacho”, é devido ao bandeirante e sertanista do Brasil colonial Romão Gramacho Falcão, que fundou várias cidades na Bahia, palmilhou os sertões da Bahia e de Goiás no século XVII e que pesquisou salitre no sertão do São Francisco⁴. A esta figura histórica estão associadas muitas lendas, inclusive de ter enganado o diabo, que, por esta razão, deu um coice nas torres de uma igreja construída por Romão em Oliveira dos Brejinhos, no Recôncavo baiano⁴

O Rio Jacaré, ou Vereda do Romão Gramacho, corre por dentro da Gruta dos Brejões, alguns quilômetros a jusante, tendo provavelmente sido o responsável pela escavação da própria gruta no passado geológico.

Ao chegar ao rio, percebe-se a presença de remanescentes de mata ciliar contendo carnaubeiras, que indica a presença de um sistema que reproduz as condições ambientais das veredas do cerrado, que se localiza, como bioma, a cerca de 150 ou 200 km a oeste da região de João Dourado. O rio é perene no local, e a qualidade da água aparenta ser boa, sem vestígios de poluição. Além da vegetação de gameleiras e carnaubeiras, são visíveis espécies de frutíferas introduzidas pelos moradores, como mangueiras e goiabeiras, (Figura 18).

⁴ <http://gramachodobrasil.blogspot.com/2010/04/romao-gramacho-falcao-sertanista.html>

Figura 18 - Rio Vereda do Romão Gramacho, com remanescentes de mata ciliar contendo carnaubeiras e Gameleiras.



Fonte: SANTOS, 2013.

5.1.4 Ponto LR4 - Subida da Ladeira a caminho do sítio

Coordenadas: Latitude (y): 8.767.428 e Longitude (x): 240.990 mE. Altitude de 548 m.

Neste ponto é possível notar depósito de seixos e calhaus semiarredondados, provavelmente pluvial e/ou coluviais. É possível que estes depósitos de cascalhos sejam remanescentes de antigos depósitos de terraços ou antigos leitos fluviais. (Figura19).

5.1.5 Ponto LR5 - Aproximando-se do sítio

Coordenadas: Latitude(y): 8.767.618 e Longitude(x): 241.239 mE com Altitude de 563m.

No contato entre arenitos da Formação Morro do Chapéu e ardósias (Figura 20, 21), provavelmente da formação Caboclo ou da própria Formação Morro do Chapéu a erosão fluvial deu origem a estruturas em “marquise”, expondo as estratificações do arenito (Figura 22).

Figura 19 - Depósitos de seixos e calhaus.



Fonte: FERNANDES, 2017.

Figura 20 - Contato entre arenitos da Formação Morro do Chapéu e ardósias.



Fonte: Barbosa, 2017

Figura 21 - Contato entre arenitos da Formação Morro do Chapéu e ardósias.



Fonte: SANTOS, 2013.

5.1.6 Ponto LR6 - Sítio Arqueológico da Fazenda José Gregório

Coordenadas: Latitude(y): 8.797.898 mN e Longitude(x): 241.530 mE. Os abrigos ocorrem na Formação Morro do Chapéu, em um cânion de direção N-45-E. O povo que ali habitou utilizava o acamadamento da rocha erodido, com formato que se assemelha a “marquises”, como abrigo. “Por sua vez, os afloramentos de granitos são muito trabalhados pelo intemperismo e se apresentam sob a forma de grandes matacões, que emergem nas planícies e em cujas bases podem ser encontrados altos paredões e áreas ligeiramente protegidas”. (Etchevarne e Pimentel 2011, p.49)

Figura 22 - Acamadamento da rocha erodido com formação de “marquises”.



Fonte: SANTOS, 2013.

Nesses abrigos são encontradas as pinturas rupestres. Elas consistem em figuras com tamanhos em torno de 13 cm a 20 cm, em forma de círculos com uma linha horizontal no meio, figuras semelhantes a pés de aves, algumas parecidas com o sinal de asterisco, riscos verticais e horizontais, dentre outros formatos (mostradas nas figuras anteriores), que possibilitam várias reflexões ao tentar entender seu significado. Foram utilizadas as cores amarelo, vermelho e preto, como se pode notar nas figuras (23, 24 e 25).

Ao observar as pinturas, pode-se perceber com clareza os danos causados pela ação das pessoas que degradam as pinturas, através de riscos aleatórios na cor cinza, como mostram as figuras 26 e 27. Por essa razão é possível perceber que entre uma figura e outra encontra-se uma tonalidade diferente da sua originalidade.

Nas proximidades do sítio, os afloramentos no leito rochoso do cânion mostram estruturas concêntricas em arenito com fraturas verticais, cujo processo genético é desconhecido. Neste arenito ocorrem seixos infraformacionais de arenito em meio à matriz arenosa

Figura 23 - Pintura rupestre na cor amarela.



Fonte: FERNANDES, 2017.

Figura 24 - Pintura rupestre na cor vermelha.



Fonte: SANTOS, 2017.

Figura 25 - Pintura rupestre na cor preta.



Fonte: SANTOS, 2013.

Figura 26 - Pintura rupestre riscada (em cinza).



Fonte: SANTOS, 2013.

Figura 27 - Pintura rupestre riscada (em cinza).



Fonte: SANTOS, 2013.

Figura 28 - Estruturas concêntricas desconhecidas.



Fonte: SANTOS, 2013.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Sítio Arqueológico da Fazenda José Gregório é um local apropriado para desenvolver o ensino de geografia na educação básica, no Ensino Fundamental e Médio, por dois motivos: (I) pelas suas características ambientais e (II) por apresentar vestígios da ação do homem no espaço e como este é agente fundamental na transformação da paisagem e auxiliou na configuração atual da mesma.

Uma aula de campo no local permitiria aos docentes abordar um grande número de informações, além da presença das pinturas rupestres:

- A fazenda onde se encontra o sítio arqueológico se localiza numa grande área de caatinga bem preservada, no interior de uma das regiões mais desmatadas do estado da Bahia.

- Esta caatinga preservada permite a presença de espécies de animais e plantas diversos, os quais já estão praticamente extintos na região, como por exemplo, onça parda e jacaré do papo amarelo.

- O Rio Vereda do Romão Gramacho permite fazer uma referência direta ao povoamento da região no século XVIII, dado que o personagem - lendário - que nomeia o rio foi um dos mais conhecidos desbravadores do oeste da Bahia e Goiás, sendo impressionante que o nome da vereda tenha se mantido por quase três séculos.

- A Vereda do Romão Gramacho praticamente baliza o contato entre os calcários da Formação Salitre, a oeste, e os arenitos da Formação Morro do Chapéu, que compõem o relevo residual da Serra da Babilônia, a leste.

- Os processos de dinâmica fluvial e de mudanças climáticas são claramente demonstrados ao se observar a presença de um antigo terraço fluvial, adjacente ao atual leito do rio, bem como a presença de depósitos suspensos de cascalho sub-arredondado que representam possíveis depósitos de leito ou barra de canal em níveis topográficos mais altos do que o leito atual do rio.

O fato de que a Vereda do Romão Gramacho percorre a Gruta dos Brejões, um “monumento natural” que se localiza em meio a uma unidade de Conservação estadual (APA da Gruta dos Brejões) ressalta a importância do conhecimento do local pela população, para garantir a permanência das condições ambientais no interior da gruta, o que deve levar em conta a ocupação sustentável da terra a montante da gruta, ou seja, na região que inclui o sítio arqueológico.

No que diz respeito à arqueologia e geografia, muitas são as informações importantes que este sítio traz.

Os abrigos para a arqueologia são os espaços usados pelos seres humanos, estando relacionado à evolução do relevo. Neste sentido, as moradias dos antepassados eram montadas ao ar livre e organizadas a partir das necessidades encontradas naqueles espaços, assim como os grupos que habitaram no sítio sob os paredões e os casulos, então procuravam cavernas, grutas e superfícies rochosas que tivessem sido moldados pelos processos morfogenéticos.

Ao analisar a geomorfologia local, entende-se que os abrigos correspondem às partes mais baixas e cavas dos rochedos, formando ali um ambiente propício para se proteger dos agentes naturais. Para Etchevarne (2011, p.71)

Trata-se de espaços modelados ao longo de milênios pelas diferentes forças intempéricas (temperatura, chuva, vento, umidade, calor, infiltração, erosão etc.), que resultam em arquiteturas naturais que viriam a ser ocupadas pelo homem para diferentes usos culturais, a exemplo de rituais, moradias temporárias e caça.

No caso da Fazenda José Gregório, os abrigos foram formados em um cânion de direção N-15-E transversal às estratificações sub-horizontais do arenito, ao longo das quais a água corrente do rio (temporário, provavelmente) encarregou-se de erodir e aumentar os espaços vazios, formando as “marquises” que serviram de abrigos.

No entanto percebe-se que a os abrigos não eram usados apenas para se proteger dos agentes intempéricos, mas também para manifestar a sua cultura. Cada grupo tinha o seu próprio estilo e adaptava-os de acordo com os seus anseios. Para Frigo (2017, p.468) na morfologia dos abrigos, destacam-se, comoplanos nos quais os antigos habitantes faziam suas representações gráficas, os planos da rocha original (planos de acamamento sub-horizontal – como é o caso do Sítio da Fazenda José Gregório - ou com dobras suaves) condicionando os tetos, que são mais comuns.

Quanto à idade e natureza das pinturas rupestres, no estado atual de conhecimento pode-se inferir poucas coisas. O significado das figuras é também obscuro. Trata-se de figuras geométricas, cuja interpretação é difícil. As figuras formadas por traços paralelos repetidos (Figuras 10 e 14) podem representar algum tipo de contagem ou inventário.

É possível que mais de um grupo ou autor tenham deixado diferentes figuras, talvez até três diferentes conjuntos, distinguidos pelas diferentes cores e padrões de desenhos circulares e riscos verticais e horizontais (Figuras 9, 10, 11, 13 e 14).

Também não é possível no momento determinar que tipos de tintas ou materiais foram usados, nem a idade das pinturas, o que dependeria de análises químicas e especialistas no assunto.

Finalmente, esta aula de campo é voltada para alunos das séries do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, com idade entre 10 e 18 anos e ministrada por professores de geografia, ou de outras disciplinas, como biologia ou história, por exemplo, ou ainda, ela pode ser interdisciplinar. Por se tratar de uma área de caatinga preservada, é essencial que a quantidade de alunos seja moderada, de 20 a 25 pessoas, sendo que esta quantidade ainda deve ser dividida em 4 a 5 grupos, passando cada grupo por etapas, para evitar impactos de muitas pessoas no mesmo ambiente, ao mesmo tempo.

São necessários alguns cuidados antes de ir a campo, como usar tênis ou botas adequadas a trilhas, roupas leves e cada um deve levar a sua garrafa água, evitar alimentação durante o percurso. Ainda, é importante levar álcool iodado, gases, esparadrapo e algodão, em casos de arranhões ou possíveis machucados por queda e gel para dores musculares, em caso de câimbras ou machucados por esforço excessivo, sendo estes os primeiros socorros essenciais para serem levados.

Neste percurso de aula de campo podem ser trabalhados conteúdos da geologia, geomorfologia, hidrografia, podem ser trabalhados conceitos de espaço geográfico e a ação humana no mesmo, bem como conceitos relacionados à paisagem e como o ser humano influencia na configuração dela, dentre outros. Os professores devem analisar o percurso e os elementos contidos nele e associá-lo aos conteúdos trabalhados. Ainda é relevante destacar, que devem ser feitas pesquisas extras em bibliografias tanto impressas, como digitais sobre tais elementos, antes de ir a campo. Para tanto, são essenciais conhecimentos sobre a dinâmica fluvial, já que o roteiro inclui um rio, entender como ocorrem os processos de intemperismo e como ele influencia na formação dos abrigos, onde estão as pinturas. Por fim, é de cunho essencial que os discentes saibam sobre as pinturas rupestres e pesquisem sobre quais as tradições de pinturas rupestres da região, sua idade, os elementos utilizados na confecção das mesmas, bem como a degradação das mesmas e a necessidade de conhecê-las, valorizá-las e preservá-las.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desta pesquisa, o Sítio Arqueológico da Fazenda José Gregório foi apresentado como objeto de estudo relevante na Geografia e não somente na Arqueologia ou na História, como se acreditava. Isso pode ser comprovado, pela escassez de material produzido por geógrafos sobre sítios arqueológicos e pinturas rupestres.

O sítio apresenta pinturas diversas em paredes rochosas. Este é um exemplo claro da ação do homem no espaço, no ambiente, este, que com sua ação antrópica, interfere consciente ou inconscientemente na configuração da paisagem, deixando vestígios de sua existência, até mesmo depois de muito tempo e já não existirem ou habitarem mais aquele lugar.

A descrição do sítio e da fazenda, a identificação do tipo de rocha e como a formação favoreceu o seu uso como abrigo, a ação humana no espaço, a descrição da paisagem nos aspectos da geologia, geomorfologia, biogeografia, hidrografia, dentre outros, só demonstram através deste trabalho, o quanto esta discussão geográfica é de grande importância.

Ao acreditar que toda pesquisa ou trabalho feitos numa área de licenciatura deve oferecer resultados para o ensino, se teve a preocupação, não só de apresentar o sítio arqueológico, sua importância e o processo que o acomete, mas também da necessidade de se produzir um produto que auxilie nas aulas de geografia das séries de Ensino Fundamental II e Médio, e que não seja apenas de uso acadêmico, mas que transcenda os muros da academia para dar retorno a sociedade.

O roteiro de aula de campo para o Sítio Arqueológico da Fazenda José Gregório pode ser utilizado como instrumento para enriquecer as aulas de geografia, onde, ao conhecer a fazenda e o sítio, o educador terá um leque de possibilidades geográficas. No decorrer do estudo é possível perceber como as modificações acontecem na paisagem e no espaço, considerando a importância desse processo para o dinamismo espacial, levando-se em consideração o modo como o ser humano se apropria desse espaço para a utilização com diversos fins.

Mediante isso, salienta-se que algumas atividades antrópicas são causadoras de alguns processos de deterioração ocasionando em danos ao meio ambiente. Existe um projeto de energia solar no topo da Serra da Babilônia. A colocação de placas de

energia solar exige um desmatamento muito grande, isso poderá afetar a região, pois com os topos das serras descobertas de vegetação e com o solo exposto, nos tempos de chuvas, poderá haver grandes enxurradas, que levarão os sedimentos para dentro do rio, o que pode ocasionar na morte/extinção do mesmo e das espécies vegetais e animais – inclusive pessoas - que dependem dele para sobreviver. O desmatamento, por sua vez, além de promover a destruição de árvores que auxiliam no clima daquela região, irá também contribuir com a extinção de diversos animais, que já estão em risco, e que acharam naquele ambiente preservado um abrigo seguro e que proporciona as condições necessárias a sua sobrevivência.

Outro grande problema é a degradação e a má conservação das pinturas no sítio arqueológico, que estão sendo riscadas pelos vaqueiros e pastores de rebanhos ovinos e caprinos que frequentam a região para levar os animais para pastar ou beber água e os caçadores, à procura de animais silvestres para complementar a sua alimentação. Estes indivíduos se utilizam de fragmentos de rochas diversas e riscam as pinturas, escrevem seus nomes, simulam outros desenhos, o que está comprometendo a integridade do sítio. Por isso, se faz urgente que este achado tão importante seja registrado pelos órgãos competentes e que sejam colocadas placas de conscientização para a preservação do sítio, além de promover rodas de conversas que mostrem aos moradores da região a importância deste achado, e palestras em escolas, para que estes valorizem este patrimônio cultural, que pode dizer muito sobre a história daquele lugar.

Mediante os pressupostos, demonstra-se então o valor do sítio arqueológico e o quanto ele tem a oferecer em conhecimento científico, acadêmico e escolar em diversas áreas, não só da Geografia ou da Arqueologia, mas também de várias outras áreas. Ao mostrar a importância de tal achado e do ambiente rico em que ele está localizado, será possível a conscientização da população local e se obterá a preservação e valorização deste patrimônio cultural. Além disso, este trabalho poderá servir de impulso para outras pesquisas na área da Geografia, bem como de outras ciências, pois tanto o sítio como a fazenda são laboratórios de uma grandiosidade imensurável.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALMEIDA, Guilherme Albagli de. Considerações sobre a Arte Rupestre no Estado da Bahia, Brasil. **ANAIS do III Encontro Estadual de História: Poder, Cultura e Diversidade – ST 03: Arqueologia e História Ambiental**, Caetité, 2006. Disponível em: < http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_III/guilherme_albagli.pdf>. Acessado em 05 de out. de 2018.

ALVES, Tetisuelma Leal et al. **Pigmentos de pinturas rupestres pré-históricas do sítio Letreiro do Quinto**, Pedro II, Piauí, Brasil. **Quím. Nova** [online]. 2011, vol.34, n.2, pp.181-185. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/qn/v34n2/02.pdf>>. Acesso em 14 de junho de 2017.

BAHIA. CPE/SEPLANTEC. **A compatibilização dos usos do solo e a qualidade ambiental na região central da Bahia**. 1981. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/107220730/A-COMPATIBILIZACAO-DOS-USOS-DO-SOLO-E-A-QUALIDADE-AMBIENTAL-NA-REGIAO-CENTRAL-DA-BAHIA-PARTE-1>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. 2004. [S.I.] **R. RAÍE GA**, Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004. Editora UFPR. Disponível em <www.nepa.ufma.br/Producao/importantes/paisagem%20bertrand.pdf>. Acesso em 15 de dez. 2017.

_____. Georges; BERTRAND, Claude. **Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Maringá: Masón, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Potiguar de Desenvolvimento Social. **Estudo Propositivo do Território Irecê**. Brasília: MDA/SDT. Agosto, 2010.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB**. Lei de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. BRASÍLIA – 2005. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acesso 14 de dez. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Memória Território Irecê**. Bahia: SDT, 2006.

_____. ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade -2007- **Plano de Manejo do Parque Nacional Chapada Diamantina**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília/DF- Brasil. 3 Vols.

_____. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos**. Diário da União, Brasília, DF, 26 de jul. de 1961.

_____. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 de abril de 1999.

CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. In: **Caderno CEDES**, v. 25, n. 66. Campinas, maio-ago. 2005. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n66/a06v2566.pdf>>. Acesso em 15 de maio de 2018.

CARVALHO, Luiz Moacyr de. RAMOS, M. A. Barreto. **Geodiversidade do estado da Bahia**. Programa Geologia do Brasil Levantamento da Geodiversidade / Organização Luiz Moacyr de Carvalho [e] Maria Angélica Barreto Ramos. – Salvador: CPRM, 2010.

CAVALCANTE, T. L. V. As pegadas de São Tomé: Resignificações de Sítios Rupestres. **Revista de Arqueologia** (artigo), 21, n.2: 121-137, 2008.

COSTA, Carlos Alberto Santos. **Representações rupestres no Piemonte da Chapada Diamantina, Bahia, Brasil**. Coimbra: FLUC, 2012, 479 p. (tese de doutorado). Disponível em:< <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/21072>>. Acesso em 14 de fevereiro de 2018.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil - Superintendência Regional de Salvador. **Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil - PLGB**. Jacobina – Folha SC.24-Y-C, Estado da Bahia. Escala 1:250.000 / Organizado por Antônio Rabêlo Sampaio, [Reginaldo Alves dos Santos, Antônio José Dourado Rocha e José Torres Guimarães] – Brasília: CPRM/DIEDIG/DEPAT, 2001.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea** - Diagnóstico do Município de Morro do Chapéu - Bahia / Organizado por Ângelo Trévia Vieira, Felicíssimo Melo, Hermínio Brasil V. Lopes, Hermínio Brasil V. Lopes, José C. Viégas Campos, José T. Guimarães, Juliana M. da Costa, Luís Fernando C. Bomfim, Pedro Antonio de A. Couto, Sara Maria Pinotti Benvenuti. Salvador: CPRM/PRODEEM, 2005.15p + anexos.

DUNELL, R. C. – 1986Bb. **Methodological Issues in Americanist Artifact Classification**. In. SCHIFFER, M (Ed.) *Advances in Archaeological Method and Theory*, vol. 9.

ETCHEVARNE, Carlos. **Inventário de locais com vestígios arqueológicos do município de Morro do Chapéu, Bahia**/Organização Carlos Etchevarne. - Salvador, Bahia: IPAC/Fundo de Cultura, 2015. 98p.

_____. A ocupação humana do Nordeste brasileiro antes da colonização portuguesa. **REVISTA USP**, São Paulo, n.44, p. 112-141, dezembro/fevereiro 1999-2000. Disponível em:< <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/30097/31982>>. Acesso em 17 de fevereiro de 2018.

_____. PIMENTEL, Rita. **Patrimônio Arqueológico da Bahia**. / Carlos Etchevarne, Rita Pimentel (organizadores). – Salvador: SEI, 2011.

FRIGO, F. J. G. Variabilidade litológica e formas de abrigos sob rocha - uma discussão geoespeleológica. In: RASTEIRO, M.A.; TEIXEIRA-SILVA, C.M.; LACERDA, S.G. (orgs.) **CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPELEOLOGIA**, 34, 2017. Ouro Preto. *Anais...* Campinas: SBE, 2017. p.465-475. Disponível em: <<http://www.cavernas.org.br/anais34cbe/34cbe465475.pdf>>. Acesso em 24 de abril de 2018.

GONÇALVES, H.A. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 2ª edição, 2014.

GUERRA, Antonio José Teixeira; MARÇAL, Mônica dos Santos. **Geomorfologia ambiental**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.190p.

HAIGERT, Cynthia Gindri; SANTI, Juliana Rossato; MILDNER, Saul Eduardo Seiguer. Educação Patrimonial através da Imagem. In: **VIII INIC - Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, IV EPG - Encontro de Pós Graduação Latino Americano**. São José dos Campos, 2004.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Rio de Janeiro: Museu Imperial, 1999.

IBGE. **João Dourado**. Disponível em:< <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/por-cidade-estado-geociencias.html?t=destaques&c=2918357>>. Acesso em 21 de dezembro de 2017.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria Nº 127, de 30 de abril de 2009.** Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 5 de maio de 2009.

_____. **Decreto Lei nº 6.844, de 7 de maio de 2009.** Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_6844_de_07_de_maio_de_2009.pdf. Acesso em 20 de maio de 2018.

_____. **Portaria Nº 137, de 30 de abril de 2016.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2018.

KUCHENBECKER, Matheus, REIS, Humberto L. S., FRAGOSO, Daniel G. C. **Caracterização estrutural e considerações sobre a evolução tectônica da Formação Salitre na porção central da Bacia de Irecê, norte do Cráton do São Francisco (BA).** Instituto de Geociências / Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (MG), Brasil. 2011. Disponível em: <general.igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/20112/Kuchenbecker-et-al.pdf>. Acesso em 21 dez. 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LUZ, Carolina Francisca Marchiori. **Sítios Arqueológicos de Registro Rupestre: Gestão Compartilhada e as Ações de Preservação do Iphan no Parque Nacional Serra da Capivara e entorno – Piauí, Brasil/ Dissertação (Mestrado) –**, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012.

MARTIN, G. **Pré-História do Nordeste do Brasil.** UFPE, Recife. 1996.

MAXIMIANO, L.A. Considerações sobre o conceito de paisagem. 2004. [S.l.] **R. RA´E GA**, Curitiba, n. 8, p. 83-91, 2004. Editora UFPR Disponível em <revistas.ufpr.br/raega/article/download/3391/2719>. Acesso em 7 jan. 2018.

MELO, Alessandro de, e CARDOSO, Poliana Fabíula. **Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial.** Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 133, p. 1059-1075, out.-dez., 2015.

MELO, Yolanda Fagundes. **Leitura das paisagens de Jacobina-BA como instrumento para a educação: um roteiro de aula de campo.** 2013. 51f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, BA, 2013.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena histórica critica.** 21. Ed. São Paulo: Annablume, 2007. 150 p.

OLIVEIRA, Ericson Batista de. **O Sítio Geológico-paleontológico Fazenda Arrecife**: potencial para promoção da educação patrimonial no município de Várzea Nova. 2010. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, BA, 2010.

PEDREIRA, A. J. & Rocha, A. J. D. -2002- **Serra do Tombador, Chapada Diamantina, BA- Registro de um deserto proterozóico** In: Schobbenhaus, C., Campos, D. A., Queiroz, E. T., Winge, M. & Berbert-Born, M. L. C. –Eds: Sítios geológicos e paleontológicos do Brasil. DNPM/CPRM/SIGEP, Brasília/DF-Brasil, 540 p.

PEREGRINI S. C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**, v. 26, n 51, 1-26p, Junho de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v26n51/07.pdf>. Acesso: 15 maio de 2017.

PEREIRA, R. G. F. de A. **Geoconservação e desenvolvimento sustentável na Chapada Diamantina (Bahia)**. 277p. – Tese (Doutorado) Universidade do Minho. 2010. Disponível em: <<http://www.geoturismobrasil.com/artigos/TESE-Ricardo%20Fraga.pdf>> Acessado em: 20 dez. 2017.

RIBEIRO Loredana. **Os significados da similaridade e do contraste entre os estilos rupestres**: um estudo regional das gravuras e pinturas do alto –médio rio São Francisco. Tese apresentada ao programa de pós graduação em Arqueologia. 2006.

_____, L. **Sobre pinturas, gravuras e pessoas - ou os sentidos que se dá à arte rupestre. Especiaria**: Cadernos de Ciências Humanas, (2009) v. 11-12, p. 157-182, jul. 2009. Disponível em: <<http://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/download/697/656>>. Acesso: 09 jan. 2018.

SABINO, Anderson; SIMÕES, Robson. **Geografia e Arqueologia**: Uma Visão do Conceito de Rugosidades de Milton Santos. Revista de Arqueologia Pública, n.8, Dezembro 2013. Campinas: LAP/NEPAM/UNICAMP.

SAMPAIO, Antônio Rabelo, org. et al. **Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil** - PLGB. Jacobina – Folha SC.24-Y-C, Estado da Bahia. Escala 1:250.000 / Organizado por Antonio Rabêlo Sampaio, [Reginaldo Alves dos Santos, Antonio José Dourado Rocha e José Torres Guimarães] – Brasília: CPRM/DIEDIG/DEPAT, 2001.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, 260 p.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, Hailton Mello da. **Sistema de Informações Geográficas do Aquífero Cárstico da Micro-Região de Irecê, Bahia**: Subsídio para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos das Bacias dos Rios Verde e Jacaré. -Tese (Doutorado)- Universidade Federal da Bahia Instituto de Geociências Curso de Pós-Graduação em Geoquímica e Meio Ambiente. Salvador/ Bahia abril de 2005.

SILVEIRA, J. S. **Dinâmica de sedimentação de um mar raso antigo**: formações Caboclo e Morro do Chapéu (Proterozóico Médio), Grupo Chapada Diamantina - Estado da Bahia. Salvador, 1991, 139 p. il. Dissertação (Mestrado), Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. UFBA. Bahia, 1991.

SOUZA, J. Dalton de. Et al. **Mapa Geológico do Estado da Bahia** – Escala 1:1000.000. Salvador: CPRM, 2003. Versão 1.1. Programas de Carta Geológica do Brasil ao Milionésimo e Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil (PLGB). Convênio de Cooperação e Apoio Técnico-Científico.